----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AVENIDAS NOVAS, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS ----

---------- **ATA NÚMERO VINTE** ----------

---------- (Mandato 2021-2025) ----------

----- Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três reuniu, na sala um da Ordem dos Contabilistas Certificados, sita na Avenida Defensores de Chaves, número oitenta e cinco letra B, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas *(ANEXO 1)*, sob a presidência do seu Presidente efetivo, José Filipe da Costa Toga Machado Soares, coadjuvado por Abel Manuel Eusébio Simões, Primeiro Secretário, e Emília Gonçalves da Costa e Silva Barradas de Noronha, Segunda Secretária. ----------

----- Assinaram a "Lista de Presenças" *(ANEXO 2)*, para além dos mencionados, os seguintes Membros: ----------

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Américo Manuel de Brito Vitorino e José Ricardo Alexandre Malhão. ----------

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – José Maria Athayde Rebelo Neto de Almeida e Pedro Miguel da Silva Gonçalves. ----------

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Fernando Marques Pereira, Sigismundo Alexandre Almeida de Sampaio Nunes, Jorge Manuel Serra D´Almeida, Dora Helena de Albuquerque Lampreia e André Oliveira Carrilho. ----------

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** – Gonçalo Nuno Pinto Ascensão Costa Santos e Patrícia Valadão Sacadura da Silva Garcia de Borja Menezes. ----------

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – João Manuel Meira dos Santos. ----------

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – William Ricardo Teixeira Naval. ----------

----- **Do Partido "CHEGA" (CHEGA)** – Pedro Miguel Rodrigues Freire da Bandeira. ----------

----- Com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

----- Verificação de presenças e quórum; ----------

----- Intervenção do Público; ----------

----- Período de Antes da Ordem do Dia; ----------

----- Ordem do dia; ----------

----- Ponto 1 – Aprovação das atas nº 14 e 15, referentes às sessões de 26 de maio e 29 de junho de 2023; ----------

----- Ponto 2 – Informação do Presidente – 4º Trimestre de 2023; ----------

----- Ponto 3 - Apreciação, debate e deliberação sobre a 3ª Alteração Orçamental Modificativa de 2023 – Proposta nº 04/PRES-TSC/2023; ----------

----- Ponto 4 - Apreciação, debate e deliberação sobre o Orçamento para 2024 - Proposta nº 209/PRES/2023; ----------

----- Ponto 5 - Apreciação, debate e deliberação sobre o Mapa de Pessoal 2024 - Proposta nº 208/PRES/2023; ----------

----- Ponto 6 - Apreciação, debate e deliberação sobre a celebração de Protocolo de Colaboração com Animal Life - Proposta nº 199/PRES/2023; ----------

----- Ponto 7 - Apreciação, debate e deliberação sobre a Proposta final do Regulamento Geral de Taxas e Preços da Freguesia de Avenidas Novas e respetiva tabela anexa - Proposta nº 200/PRES/2023; ----------

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros *(ANEXO 3)*: ----------

----- José Manuel da Luz Cordeiro, que justificou a sua ausência e foi substituído por Ricardo

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AVENIDAS NOVAS, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS ----

---------- **ATA NÚMERO VINTE** ----------

---------- (Mandato 2021-2025)----------

----- Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três reuniu, na sala um da Ordem dos Contabilistas Certificados, sita na Avenida Defensores de Chaves, número oitenta e cinco letra B, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas *(ANEXO 1)*, sob a presidência do seu Presidente efetivo, José Filipe da Costa Toga Machado Soares, coadjuvado por Abel Manuel Eusébio Simões, Primeiro Secretário, e Emília Gonçalves da Costa e Silva Barradas de Noronha, Segunda Secretária. ----------

----- Assinaram a "Lista de Presenças" *(ANEXO 2)*, para além dos mencionados, os seguintes Membros: ----------

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Américo Manuel de Brito Vitorino e José Ricardo Alexandre Malhão. ----------

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – José Maria Athayde Rebelo Neto de Almeida e Pedro Miguel da Silva Gonçalves. ----------

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Fernando Marques Pereira, Sigismundo Alexandre Almeida de Sampaio Nunes, Jorge Manuel Serra D´Almeida, Dora Helena de Albuquerque Lampreia e André Oliveira Carrilho.----------

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** – Gonçalo Nuno Pinto Ascensão Costa Santos e Patrícia Valadão Sacadura da Silva Garcia de Borja Menezes.----------

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – João Manuel Meira dos Santos. ----------

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – William Ricardo Teixeira Naval. ----------

----- **Do Partido "CHEGA" (CHEGA)** – Pedro Miguel Rodrigues Freire da Bandeira. ----------

----- Com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

----- Verificação de presenças e quórum; ----------

----- Intervenção do Público;----------

----- Período de Antes da Ordem do Dia; ----------

----- Ordem do dia; ----------

----- Ponto 1 – Aprovação das atas nº 14 e 15, referentes às sessões de 26 de maio e 29 de junho de 2023; ----------

----- Ponto 2 – Informação do Presidente – 4º Trimestre de 2023; ----------

----- Ponto 3 - Apreciação, debate e deliberação sobre a 3ª Alteração Orçamental Modificativa de 2023 – Proposta nº 04/PRES-TSC/2023;----------

----- Ponto 4 - Apreciação, debate e deliberação sobre o Orçamento para 2024 - Proposta nº 209/PRES/2023; ----------

----- Ponto 5 - Apreciação, debate e deliberação sobre o Mapa de Pessoal 2024 - Proposta nº 208/PRES/2023; ----------

----- Ponto 6 - Apreciação, debate e deliberação sobre a celebração de Protocolo de Colaboração com Animal Life - Proposta nº 199/PRES/2023; ----------

----- Ponto 7 - Apreciação, debate e deliberação sobre a Proposta final do Regulamento Geral de Taxas e Preços da Freguesia de Avenidas Novas e respetiva tabela anexa - Proposta nº 200/PRES/2023; ----------

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros *(ANEXO 3)*:----------

----- José Manuel da Luz Cordeiro, que justificou a sua ausência e foi substituído por Ricardo

Malhão.----------
----- José Ferreira Marinho, que justificou a sua ausência e não foi substituído.----------
----- Maria Fragoso Rebelo de Penha Monteiro, que justificou a sua ausência e foi substituída por José de Almeida.----------
----- Teresa Paula de Amorim Costa Vilela Dionísio, que justificou a sua ausência e não foi substituída.----------
----- Luís Filipe Loureiro Goes Pinheiro, que justificou a sua ausência e foi substituído por André Carrilho.----------
----- O Executivo da Junta esteve representado pelo Senhor Presidente, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, e por Ana Cristina de Araújo Pinto Xarez, Jorge Manuel da Silveira Rodrigues Barata, Sónia Marisa Magro Madeira da Cunha, José Pedro Athayde Albuquerque Soares Rebelo, Cristina Maria Fernandes Duarte Martins e Luís António dos Santos Duarte. ----
----- Às dezanove horas, constatada a existência de *quórum*, **o Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. ----------
----- Deu as boas-vindas à sala que foi amavelmente disponibilizada pela Ordem dos Contabilistas Certificados. Agradeceu em nome da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia à Ordem dos Contabilistas Certificados o facto de terem cedido o espaço para receber esse órgão com a dignidade com que ali estavam reunidos.----------
----- Leu o pedido de substituição do Membro José Marinho *(ANEXO 3)*. ----------
---------- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO ----------
----- (Não se verificaram intervenções neste período)----------
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse depois de auscultada a Assembleia que se, entretanto, aparecesse alguém do público poderia intervir no final dos trabalhos.----------
----- Tinha-lhe sido enviado um e-mail por alguém que queria estar presente na Assembleia de Freguesia e não podia estar, mas pediu para o Presidente da Mesa fazer eco das suas palavras e colocar algumas questões ao Senhor Presidente da Junta. Tratava-se de um freguês que todos conheciam porque intervinha bastante nas Assembleias, o Doutor Pedro Vieira, e que passava a ler:----------
----- *"Caro José, aqui vão as perguntas:* ----------
----- *O troço de passeio do lado do Pingo Doce entre a 5 de Outubro e a Marquês de Tomar tem uma inclinação tal que torna impossível andar sobre o mesmo, especialmente entre as garagens do Pingo Doce e do prédio de renda controlada. Quando chove o piso parece manteiga.* --------
----- *Levantei este problema na Assembleia da anterior legislatura, por a minha mãe, então com 82 anos, ter caído nesse passeio.*----------
----- *Diariamente são dezenas de idosos que têm de andar no meio da rua por não conseguirem andar no passeio. A farmácia nesse quarteirão assiste a várias pessoas que aí caem. Já nesta legislatura levantei a mesma questão e nada foi feito.*----------
----- *Estão a gastar milhares de euros na reconversão da ciclovia da Avenida de Berna, para quando esta reparação verdadeiramente urgente?*----------
----- *O mesmo troço de rua do lado esquerdo no sentido 5 de Outubro - Marquês de Tomar não tem iluminação, nem postes tem. À noite a escuridão é imensa. Até quando? Levantei igualmente este problema no anterior mandato.* ----------
----- *Os candeeiros das pontas do quarteirão na 5 de Outubro entre a Elias Garcia e a Visconde de Valmor estão sem funcionar há meses. Até quando?* ----------
----- *É tudo, obrigado. Votos de um Feliz Natal e Bom Ano Novo."*----------

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que sobre a questão dos candeeiros da 5 de Outubro já tinham comunicado várias vezes à Câmara, porque isso eram problemas com a Câmara e não com a Junta. Não tinham qualquer *feedback* da parte da Câmara. Era uma questão de voltarem novamente a insistir, a pedido desse Senhor, mas já tinham feito pelo menos duas ou três vezes. ----- Sobre os passeios era exatamente a mesma coisa, isso era com a Câmara e não com a Junta, que não podia fazer passeios. A Junta podia arranjar buracos que estavam no passeio, o que era diferente do piso. Dez anos antes tentara fazer um piso liso nalgumas ruas da Freguesia e não foi possível porque a Câmara na altura não ajudou a fazer. ----------
----- Mais uma vez iriam falar para a Câmara, insistir novamente. Já várias pessoas tinham colocado esse problema e estavam atentos, mas não podiam fazer nada e teria de ser a Câmara a resolver. ----------
---------- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que existiam documentos que transitaram da última Assembleia de Freguesia, nomeadamente uma recomendação e uma proposta do PSD, duas recomendações do PS e três documentos da CDU.----------
----- (diálogos cruzados) ----------
----- Informou que o PSD retirava o pedido de Assembleia extraordinária sobre o estacionamento.
----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** apresentou a Moção intitulada "*Mais e Melhor Comércio no Bairro*" *(ANEXO 4)*. ----------
----- Disse que houve uma conversa com um PS relativamente a um novo parágrafo e que passava a ler para terem todos conhecimento: ----------
----- *"Assim, propõe-se a criação de uma comissão de acompanhamento que integre todas as forças políticas eleitas e representadas nesta Assembleia de Freguesia para apoiar a definição de estratégia para a dinamização do mercado, incluindo o acompanhamento da política de inclusão de empresas e serviços âncora, assim como o processo de transição da concessionária atual para a futura, a promoção de oferta não coincidente com a existente e todas as adaptações que se relevem necessárias para ajustar o modelo do mercado às necessidades locais."* ---------
----- **Membro Américo Vitorino (PSD)** disse que queria começar por saudar a preocupação apresentada pela CDU em relação à população do Bairro do Rego, ao Mercado de Santos. -------
----- Gostava que a alteração fosse passada a escrito, não tinha conseguido acompanhar, para não haver dúvidas sobre o texto, até porque na moção apresentada pela CDU havia algumas coisas que não tinham o devido suporte em termos de competência da Assembleia de Freguesia. -------
----- Começava logo por um enquadramento que fazia falta ali, essas comissões tinham sempre de ser referidas se eram eventuais ou permanentes e nos procedimentos era preciso fixar a duração das mesmas. Pecava pelo enquadramento que era devido a uma comissão, esclarecer de que comissão estavam a falar e qual a duração, se eram permanentes ou eventuais. Era isso que estava previsto no Regimento da Assembleia de Freguesia e daí derivava uma série de outros detalhes. ----------
----- Por outro lado, a CDU propunha supervisionar a ocupação dos espaços vagos atualmente existentes, mas em termos administrativos a supervisão era de um órgão superior. Não competia à Assembleia de Freguesia supervisionar um órgão que tinha competências distintas, uma coisa era a fiscalização e outra coisa era o acompanhamento. Por muito boa vontade que a CDU tivesse e todos tivessem de acompanhar, que era sempre bom a transparência e aumentava o enfoque na questão do mercado, não tinham nada a obstar em relação a isso, mas nesses termos não conseguiam acompanhar porque não havia o devido suporte em termos de competências. --------

----- Inclusive alertava o PS, que teria contribuído com uma alteração, para os detalhes que eram as competências da Assembleia de Freguesia. O próprio Regimento da Assembleia de Freguesia falava mesmo no texto em "estudar". Qualquer coisa que fosse além disso não era possível, não tinha o devido enquadramento legal no regime aplicável da Lei, nem em termos do que era o Regimento da Assembleia de Freguesia. ----------
----- Pedia que na redação fosse tido esse cuidado, porque a supervisão não era possível e também não era possível contribuir para a agilização de obras tão necessárias. Não competia a uma Comissão da Assembleia de Freguesia tentar agilizar a processos. Não havia outra forma que não fosse cumprir os procedimentos legais e, por muito boa vontade que tivessem, estavam a sair um pouco do enquadramento legal.----------
----- Agradecendo a boa vontade, que tivessem em consideração o devido enquadramento a ter nessas comissões. ----------
----- **Membro Gonçalo Costa Santos (IL)** disse que começava por pedir desculpa pelo seu atraso, um percurso que costumava demorar 20 minutos para fazer tinha demorado mais de uma hora. ----------
----- Relativamente a essa questão apresentada pela CDU, acompanhavam as dúvidas formais do PSD. Porém, pensavam que o documento poderia ser reabilitado. Em sede de comissão conseguiriam perceber até onde iam as competências e era importante haver um acompanhamento político da questão do mercado. ----------
----- Havia alguns Membros do Executivo com quem tivera oportunidade de partilhar algumas preocupações. As pessoas do mercado iam ter consigo com alguns sinais de prepotência por parte de alguns funcionários, as pessoas estavam bastante melindradas e até se lembrava de uma pessoa que foi ter consigo a chorar, porque houve ali alguns episódios de prepotência da parte de alguns funcionários. Não interessava o que aconteceu, não cabia a si julgar, mas era importante haver um acompanhamento político. ----------
----- Não tinham nada a perder, não custava dinheiro nenhum, embora não fosse o argumento mais importante. Em termos políticos era importante haver algum acompanhamento e nesse sentido estavam inclinados para votar favoravelmente esse documento da CDU. ----------
----- **Membro Pedro Bandeira Duarte (CHEGA)** disse que não tinha nada contra o Membro João Meira dos Santos, mas tinha tudo contra a sua ideologia. ----------
----- O Bairro do Rego tinha uma linha de comboio pelo meio, ela existia e não iam tirar a linha do comboio. Havia sempre uma falta de estacionamento muito grande em todas as Freguesias, não havia um aproveitamento capaz para estacionar e as pessoas não iam fazer quilómetros a pé para irem ao Bairro do Rego ou não. ----------
----- Também admirava que as propostas fossem sempre focadas no Rego, havendo outros bairros da Freguesia que necessitavam de maior atenção e nomeadamente o Alto do Parque, com a prostituição que há 49 anos lá residia. ----------
----- Relativamente à criação da comissão, ia fazer suas algumas palavras do Membro Américo Vitorino. As competências e atribuições estavam na Lei e devia-se cumprir a Lei. ----------
----- Falando um bocadinho à CHEGA, isso parecia mais uma cunha para o Rego, para ver quem lá se conseguia enfiar, do que propriamente outra coisa qualquer. ----------
----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que compartilhavam as preocupações do PSD relativamente àquelas áreas, porque na proposta inicial da CDU havia uma intrusão nas competências do Executivo e não eram razoáveis. Daí que tivessem em conversa feito um ajustamento com base na preocupação relativamente ao mercado. ----------

----- Respondendo ao Membro Pedro Duarte, dizer que não era uma cunha porque era o único mercado que existia. O Rego era uma das zonas mais pobres e merecia algum cuidado. ----------
----- A proposta do PS foi criar a comissão de acompanhamento para olhar ao mercado. Era um assunto que também já conversaram com o Executivo no sentido de que essa comissão tinha três principais funções: ----------
----- Ajudar o Executivo a encontrar uma política de diversificação das atividades no mercado, para tornar o mercado mais atrativo e aquela zona. Sabiam que o Executivo tinha feito algumas feiras, mas podiam fazer mais e em comissão poderiam tentar chegar a ideias para dinamizar o mercado fora de horas, criar outras áreas não concorrentes com as que já lá estavam. Ao mesmo tempo acompanhar a mudança de concessionário, que não sabia se era uma mudança formal da empresa porque a empresa provavelmente seria a mesma, mudaria era de acionista. ----------
----- Poderiam acompanhar essa mudança e as implicações que isso podia ter para aquela zona do mercado e ao mesmo tempo ajudar o Executivo eventualmente na pressão junto da Câmara para fazer as obras que eram necessárias e que se arrastavam há anos. Eram da responsabilidade da Câmara, mas não foram executadas e já estavam prometidas há anos. ----------
----- Pensava que a proposta não ofendia as competências, procurava se apenas criar uma comissão que ajudasse o Executivo a repensar o mercado para aumentar a sua atratividade e o fluxo naquela zona. ----------
----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** disse que quando se queria resolver um problema da Freguesia, as forças políticas que queriam resolver esse mesmo problema estavam em consonância e ali foi o que se verificou, exceto aqueles que não queriam resolver os problemas.
----- Fez-se a pequena alteração para não suscitar problemas à própria comissão ou ao Executivo, foi enviado através do grupo do WhatsApp, não sabia se conseguiriam ler bem. Se o Senhor Presidente depois quisesse podia ler mais pausadamente para tirarem notas e passavam à votação.
----- A ideia não era ser uma comissão permanente, seria uma comissão eventual no tempo, tendo em conta a transição da atual concessionária e também a pressão que queriam fazer perante a Câmara Municipal para a promoção do mercado. Era um problema que estava perante a população, que estava a ver ali a saída de um espaço que era importante para a dinamização do comércio local e para a própria população se abastecer dos bens essenciais. ----------
----- Era essa preocupação que levavam ali e ainda bem que a maioria das forças políticas também estava nesse sentido. Podiam alterar com a criação de uma comissão eventual. ----------
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** leu o parágrafo que foi colocado: ----------
----- *"Assim, propõe-se a criação de uma comissão de acompanhamento que integre todas as forças políticas eleitas e representadas nesta Assembleia de Freguesia, para apoiar a definição de estratégia para a dinamização do mercado, incluindo o acompanhamento da política de inclusão de empresas e serviços "âncora", assim como o processo de transição da concessionária atual para a futura, a promoção de oferta não coincidente com a existente e todas as adaptações que se revelem necessárias para ajustar o modelo de mercado às necessidades locais."* ----------
----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção "Mais e Melhor Comércio no Bairro"**, apresentada pela CDU, com as alterações assinaladas, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP, IL, CDU e BE) e 1 voto contra (CHEGA). ----------
----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** apresentou a recomendação intitulada "*Mais e Melhor Ambiente 3R — Reduzir, Reciclar, Reutilizar*" *(ANEXO 5)* ----------

----- **Membro Américo Vitorino (PSD)** disse que o PSD iria acompanhar com o voto favorável os pontos 1 e 2. A Junta ia fazendo, mas o lixo era sempre uma coisa que ia mudando, as situações iam variando. Era bom estar a acompanhar essa situação e as evoluções naquilo que eram os resíduos e a higiene urbana. ----------
----- Saudavam também a preocupação da CDU em que fossem desenvolvidas mais ações de sensibilização junto dos fregueses, para que houvesse uma preocupação diferente em relação aos lixos e a necessidade de ser facilitado o trabalho, aumentando a eficácia da própria recolha e os fins a que eles eram destinados, com o consequente impacto no meio ambiente.----------
----- **Membro Pedro Bandeira Duarte (CHEGA)** disse que não tinha nada contra o Membro João Santos, tinha tudo contra a sua ideologia. ----------
----- Nessa recomendação a única coisa que concordava era com o título, *"Reduzir, Reciclar e Reutilizar"*, tudo o resto era demagogia. Aproveitava para falar com o Senhor Presidente da Junta relativamente a isso e ao CDC, que até achava estar a funcionar bem. ----------
----- Os fregueses que necessitavam de depositar lixo grande pediam à Câmara Municipal, que demorava entre uma e duas semanas para recolher. A opção era pô-lo na rua e com o contrato que a Junta estava a fazer e muito bem recolhia rapidamente, isso ia funcionando. ----------
----- Era pena que a Junta não fizesse também para o freguês, que em vez do freguês colocar indevidamente conseguisse obter uma licença da Junta para o dia seguinte a uma hora a combinar, porque a carrinha que fazia o levantamento demorava um percurso, na sua rua passava antes do meio-dia e se calhar seria altura de depositar o lixo, no Bairro do Alto do Parque passaria às quatro da tarde. Portanto, haver uma solicitação dos fregueses para fazerem esse depósito e a Junta dar a melhor hora e o local onde o deixar. ----------
----- Aproveitava também para dizer que o posto da Filipe da Mata, onde podiam ir colocar o lixo e eles tinham lá contentores para o vidro, para a madeira, papel, para isso tudo, que infelizmente foi fechado ao público. Podia ser fechado ao público pela sua dimensão reduzida, mas não devia ser fechado aos fregueses da Freguesia. ----------
----- Se quisesse depositar qualquer coisa, ou esperava com o lixo duas semanas à porta da sua casa, ou se quisesse tomar a iniciativa de ir ao posto da Filipe da Mata e colocar, obviamente reciclado e separado, não podia porque o posto estava fechado ao público e era só para os serviços da Freguesia. Era isso que tinha sido informado. ----------
----- Se era da Câmara, o Senhor Presidente que pedisse para a Freguesia e para os fregueses, porque era uma forma de não deixar o lixo na rua, e aproveitasse a sugestão de marcar uma hora em ponto para carrinha da Junta fazer a recolha. ----------
----- **Membro Gonçalo Costa Santos (IL)** disse que também tinham tudo contra a ideologia do Membro João Meira dos Santos, mas nessas questões de administração onde a ideologia não entrava tinham de ser pró-eficiência e via alguma bondade nessa recomendação. ----------
----- Tinha algumas dúvidas relativamente à questão formal, se isso podia ser considerado ou não. Como estavam a falar de ecopontos e isso era responsabilidade da Câmara, tinha algumas dúvidas. ----------
----- Também acompanhava aquilo que foi dito pelo Membro Pedro Duarte, havia ali um posto da limpeza totalmente fechado. ----------
----- Cerca de duas semanas atrás tinha estado em Manchester, em casa de uns familiares a ajudar a fazer umas mudanças, meteram coisas dentro do carro e foram para um posto de limpeza, entrava um de cada vez e os diferentes materiais eram depositados em zonas separadas. ----------
----- As coisas eram para ser utilizadas, não era para estarem fechados, não fazia sentido nenhum.

Lembrava-se de ter um vidro grande para deitar fora e terem-lhe dito que para deitar fora ali iam pedir dinheiro. Não podia ser assim, mas já sabiam como as coisas funcionavam em Portugal, que era sempre utilizador quem acabava por "pagar as favas".----------
----- Acreditava que a recomendação do PCP seria uma mais-valia e por essa razão iriam votar favoravelmente.----------
----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que o PS também iria votar a favor. Só queria referir que tinham apresentado em junho de 2022 uma proposta mais abrangente, no sentido da Junta se candidatar ao programa das eco freguesias, que era uma forma também de terem um guião para todos esses problemas. Não era que isso lhes desse um galardão de eco freguesia, mas seria um guião para ajudar a todos e nomeadamente ao Executivo, que era o mais importante, a traçar as metas mais importantes para os objetivos do desenvolvimento sustentável. ----------
----- Já havia várias Freguesias a fazer, Benfica, Campo de Ourique, Carnide, Estrela e Santo António, com opções políticas diferentes. Não era uma questão de ser da CDU, do PS ou do PSD, havia uma panóplia diversificada de Freguesias. ----------
----- Votavam a favor da proposta da CDU e mais uma vez alertavam ao Executivo para que olhasse com atenção eventualmente a hipótese dessa candidatura, que levava a terem um guião para melhorar as condições ambientais na Freguesia.----------
----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação "Mais e Melhor Ambiente 3R — Reduzir, Reciclar, Reutilizar"**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP, IL, CDU e BE) e 1 voto contra (CHEGA). ----------
----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** apresentou a moção *"Alargar o serviço de bicicletas GIRA ao Bairro Santos" (ANEXO 6).* ----------
----- Disse que essa moção foi apresentada no início do mandato, foi solicitado para ser retirada porque estaria para breve a instalação das docas Gira, mas passados quase dois anos desse início de mandato não se via nada na área do Bairro Santos e então apresentava-se a proposta.----------
----- **Membro Américo Vitorino (PSD)** disse que, primeiro, queria fazer um enquadramento nos considerandos e na ideia geral transmitida.----------
----- Em termos de números, existiam cerca de 1500 bicicletas, das quais apenas 1100 estavam operacionais. Era esse o panorama atual. ----------
----- Nos últimos tempos aumentaram 114 docas e seriam cerca de 2200 docas em funcionamento. O que estava previsto e foi anunciado recentemente era um investimento da EMEL, logo da Câmara, na ordem de 4,3 milhões de euros em equipamentos, eram mais 2250 bicicletas e 400 delas seriam para entrar no primeiro ano do contrato. Portanto, havia um aumento substancial, o objetivo era passar para o dobro.
Acrescia que nessa dotação estava prevista uma série de peças de reposição, porque havia danos nos selins, nos suportes e em montes de situações.----------
----- A situação em termos orçamentais ia de uma forma sustentada. Recentemente abriram estações no Beato, havia um alargamento da rede e iriam existir novas ciclovias. Esse era o panorama do Executivo Municipal em articulação com as Juntas de Freguesia, como era o caso do Beato liderado pelo Partido Socialista. Tinha havido essa forma complementar para reforçar uma mobilidade mais amiga, embora ela tivesse alguns problemas com o uso de alguns em cima dos passeios, fazendo perigar e aumentando pelo menos a sensação de insegurança dos residentes e particularmente dos mais velhos.----------
------ Em relação aos pontos deliberativos a situação não estava explícita e pedia um

esclarecimento de qual era a situação em concreto que estavam a falar, só para não haver dúvida sobre aquilo que era votado. ----------
----- A procura das elétricas, pela geografia de Lisboa percebia-se perfeitamente, tanto no inverno como no verão. ----------
----- Por vezes iam com boa vontade nesses textos e entravam por campos mais técnicos, quem estudava isso e estava a operar tinha noção e eram dados que ali não tinham. Esse esforço estava a ser desenvolvido, tal como quando se falava da utilização das primeiras docas terem sido numa zona central do bairro, percebia que estava a ser transmitida uma ideia de ser em zona central para aumentar. Percebia, mas nem sempre isso era a melhor solução, porque o facto de ser uma zona central não queria dizer que as pessoas tivessem de se deslocar para lá. Não era sempre essa solução, era nos eixos. Era só frisar isso do ponto de vista técnico. ----------
----- Só pedia um esclarecimento em relação a isso para votarem mais à vontade em relação aos pontos 1 e 2. ----------
----- **Membro André Carrilho (PS)** disse que o PS concordava com o texto da moção, que permitia sublinhar bem o poder que as Juntas de Freguesia tinham na implementação da rede Gira. Foi instalado ao longo dos anos e bem, sempre com o compromisso da Câmara e das Freguesias, que tinham sido consultadas e por isso o ponto 2 sobre a localização das bicicletas, parecia importante que ali estivesse porque era mais um comando político que o Executivo tinha para junto da Câmara Municipal negociar a melhor solução. ----------
----- O poder das Juntas era tão grande que, apesar do número ter aumentado há cerca de um ano que estavam cinco docas na zona de Belém completamente inutilizadas, porque houve um Presidente de Junta que pediu à Câmara para que essas docas não fossem ativadas. Isso permitia sublinhar bem a importância que as Juntas de Freguesia tinham na implementação da rede. ------
----- Também era importante pensar a Freguesia no seu todo, porque para lá da linha do comboio também havia um bairro. Pensava que a Freguesia de Avenidas Novas ainda seria a Freguesia de Lisboa com mais docas Gira em toda a cidade, mas continuavam com uma falha do lado de cima da linha do comboio, em que no Bairro de Santos ao Rego não tinham ainda uma rede de bicicletas e era preciso ver a Freguesia como um todo. ----------
----- Era um bairro que estava a rejuvenescer, as camadas mais jovens da população eram mais permeáveis a esse uso de bicicletas, mas também não era um monopólio dos mais novos. Utilizava bicicleta quase diariamente e via pessoas mais velhas, via inclusivamente reformados que iam utilizando a bicicleta para se manterem ativos e isso era muito importante. Era um sistema de mobilidade verdadeiramente transformador da cidade. Criaram-se infraestruturas para que cada vez mais pessoas se sentissem seguras na utilização desse meio de transporte. ----------
----- Era importante que não se colocassem só docas sem sequer a infraestrutura que também era necessária, sem se criarem vias confortáveis para os ciclistas, para os peões e para os automobilistas. ----------
----- Aproveitava para mais uma vez manifestar a censura à reformulação da ciclovia da Avenida de Berna, porque o que houve ali foi mesmo uma destruição. Uma via partilhada na Elias Garcia só iria fazer com que houvesse mais problemas de complementaridade do transporte automóvel e dos ciclistas, que não se sentiam tão seguros a utilizar uma via partilhada e os automobilistas chateavam-se mais porque tinham um ciclista à frente. ----------
----- O Partido Socialista votaria favoravelmente, concordando com os pontos deliberativos. ----
----- **Membro Pedro Gonçalves (CDS-PP)** disse que era bastante importante esse sistema de bicicletas partilhadas e por vários motivos numa cidade como Lisboa. Em primeiro lugar porque

permitia a quem não tinha espaço na sua casa para ter uma bicicleta circular dessa forma e não de carro ou de autocarro. Facilitava bastante a circulação, sem ter de ter um espaço ainda grande para guardar a bicicleta. ----------

----- Por outro lado, dava a flexibilidade de ir para um local sem necessidade de estar a parquear a bicicleta e voltar. Ficava lá e depois até podia voltar para casa por outro meio de transporte. Para si fazia bastante sentido e mesmo para quem não fizesse, a verdade era que existia. Era um investimento enorme, um sistema que era deficitário porque subsidiava esse meio de transporte. Portanto, representando um grande investimento fazia sentido se houvesse uma cobertura o mais completa possível da cidade. Tudo o que fossem zonas da cidade que não estivessem bem cobertas implicava que o investimento estava feito, mas as pessoas que estavam a vir ou ir desse local não podiam ir beneficiar dele.----------

----- Parecia importante haver essa cobertura o mais completa possível e nesse sentido estavam de acordo com a moção, iriam votar a favor. ----------

----- **Membro Pedro Bandeira Duarte (CHEGA)** disse que, novamente, nada contra a pessoa do Membro João Meira dos Santos, tudo contra a sua ideologia. Falando de lixo, já tinha ido a Cuba e fosse ver o que se passava lá com pessoas dessa ideologia que dirigiam o país. De hipocrisia estava o mundo farto e no seu caso também. ----------

----- Aproveitando o pouco tempo de antena que tinha, que o CHEGA não tinha tempo de antena nos órgãos de comunicação social e no pouco que tinha nunca havia direito ao contraditório, pelo menos ali tinha, alguma coisa teria de fazer. ----------

----- Relativamente a esse ponto das bicicletas, o CHEGA não tinha nada contra as bicicletas. Achava muito bem e tinha viajado muitas vezes para a Holanda e achava giríssimo, as bicicletas todas, umas por vezes iam parar aos canais, mas achava muito giro as pessoas andarem de bicicleta.----------

----- Em relação às ciclovias, fizeram muito bem com a ciclovia da Avenida de Berna e só nunca compreendera a razão de não tirarem os pilaretes em frente à igreja, porque nada se passava ali e aquilo fazia falta também para o estacionamento. Não podiam deteriorar o estacionamento automóvel e o bem-estar dos fregueses em prol de uma ideologia. ----------

----- Sobre a Gira, a gratuitidade era uma perversão da economia, alguém ia pagar e eram sempre os mesmos, aqueles que pagavam impostos. Não se criava riqueza pagando impostos e o CHEGA era completamente contra a estatização da economia. Portanto, a Gira devia existir como uma atividade privada e dar lugar a mais privados. Os privados não conseguiam combater contra o Estado.----------

----- Relativamente às bicicletas e aos jovens, o seu filho acabou o seu curso noutro país e quando chegou lá comprou a sua bicicleta e agora vendeu-a para o próximo aluno que lá entrou. Lá estava uma iniciativa privada, onde os contribuintes italianos não tiveram de lhe pagar a bicicleta dele e era assim que devia ser.----------

----- A estatização era contra o desenvolvimento económico, contra a iniciativa privada e não respeitava sobretudo o princípio do utilizador pagador. Ter de pagar com os seus impostos algo que não utilizava, isso não estava correto. ----------

----- Privatizassem a Gira e pusessem as docas nos vários sítios que quisessem da cidade, sem nunca roubar um lugar de automóvel. Isso era possível, porque havia muitos lugares vazios nos passeios e propositadamente o antigo Executivo, que graças a Deus estava de saída, roubou muitos lugares de estacionamento quando não era necessário para pôr as docas.----------

----- **Membro Gonçalo Costa Santos (IL)** disse que sempre que podia deslocava-se de bicicleta,

tinha tudo a favor das bicicletas. ----------
----- Havia duas coisas diferentes, uma coisa era a luta que se fazia contra o automóvel e nisso estava totalmente contra, outra coisa era estimular o facto de as pessoas poderem ter mais uma opção para se transportarem, como era o caso da Gira. ----------
----- Andava na sua bicicleta, não era na Gira e até achava melhor para a saúde as pessoas andarem em bicicletas que não fossem elétricas, mas mais valia andarem em elétricas do que em nada. ----------
----- Era evidente que num mundo perfeito devia haver várias Gira e vários investidores. Isso existia com as trotinetes, eram privados. ----------
----- Tinha estado a ver e não era gratuita, mas estavam de acordo que não existia nada gratuito, pagava-se alguma coisa. A bondade da proposta era haver mais uma opção para as pessoas se deslocarem. Era contra a luta que se fazia ao automóvel, mas quem queria andar de bicicleta e não estava para comprar uma ou vivia num apartamento onde não conseguia ter uma bicicleta, que pudesse ter a opção dessas bicicletas. ----------
----- No mundo perfeito haveria a lei da procura e da oferta, várias empresas a oferecerem os seus serviços, mas nas bicicletas só existia a Gira. ----------
----- Iriam votar a favor. ----------
----- **Vogal do Executivo Jorge Barata** disse que o assunto foi abordado já em junho do ano passado e tinha tido uma reunião com o diretor da EMEL, o Engenheiro Bruno Maia, que estava responsável pelas docas Gira. O que ele tinha transmitido era que estava em avaliação a colocação de docas no Bairro Santos ao Rego, só que esses processos demoravam tempo, tinha de haver estudos porque passavam canalizações, água, gás, eletricidade. Essas avaliações tinham de ser todas feitas para não haver ali nenhum erro de estarem a fazer um plano para colocar a doca e depois ter de ser tudo retirado. ----------
----- Cerca de três semanas atrás tinha voltado a reunir com os serviços da Câmara e foi-lhe transmitido que iriam ser colocadas três docas Gira no Bairro de Santos. Podia até avançar a localização das docas, uma era na Rua Soeiro Pereira Gomes, mesmo em frente à sede do Partido Comunista, outra seria na Rua Sousa Lopes em frente à MALA, porque seria instalada uma ciclovia na Álvaro Magalhães. Ainda havia uma terceira doca Gira que era para ser instalada em frente aos correios, na Filipe da Mata, mas tendo em conta que estava prevista uma reparação aos pilares a Junta sugeria não ser ali e em conjunto apuraram que a melhor localização seria em frente ao mercado do bairro, que era uma zona central do bairro e fazia todo o sentido. ----------
----- Nunca tinham sido contra a ciclovia da Avenida de Berna. Fez-se uma reformulação da ciclovia sobre a qual nunca foi apresentado um estudo, nunca souberam se era legal ou ilegal, se era boa ou má, mas o que chegava à Junta era que toda a gente se queixava do perigo que era para os peões e para os ciclistas. Portanto, nunca foram contra ciclovia, apenas não queriam ter ali um azar que felizmente nunca aconteceu, mas que poderia haver. ----------
----- Ainda nessa semana tinha havido ali um acidente, atingiu um carro estacionado e se fosse um ciclista a passar poderia ter sido atropelado. ----------
----- Ficava um pouco surpreendido por se queixar do 30+bici, tendo sido implementado pelo Executivo anterior e em que não via qualquer questão. Aí sim era uma via estruturante e fazia todo o sentido as bicicletas passarem por lá, indo tudo dar à via principal, a Avenida da República. Os ciclistas andavam satisfeitos da vida, não via queixas. ----------
----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** disse que em bom tempo apresentaram essa moção, porque parecia que estava a avançar finalmente. Eram boas notícias, três locais, qualquer

um deles importante para a dinamização do bairro. No mercado para aumentar a população que utilizava o comércio local, na Rua Soeiro Pereira Gomes havia um hotel e duas empresas de *callcenter*, em que os jovens utilizavam. Também estava lá a sede de um partido político, no caso do Partido Comunista Português, onde também deveria haver utilizadores.----------
----- A questão era mesmo a promoção dos modos suaves de transporte, de que eram apologistas, até porque melhorava a condição física dos utilizadores e era bom para o ambiente.----------
----- Relativamente a questões de pagamento e não só, as Gira pagavam-se. Só não pagava quem tinha o passe Navegante e fosse menor de idade, todos os outros pagavam. Existiam outros operadores que não ia mencionar, porque não gostava de fazer publicidade, que estavam a operar na cidade e não tinham essa modalidade de doca, que tinham outra perspetiva de negócio que não as docas Gira. ----------
----- Em relação às questões levantadas pelo PSD, no ponto 1 era a situação de não haver as docas Gira naquela zona do bairro. ----------
----- As clássicas e elétricas era para dar opção de escolha. Muitas vezes se falava que o PCP não era pela escolha, mas davam oportunidade de escolha entre clássicas ou elétricas. ----------
----- Relativamente ao ponto 2, a seguir ao Mercado do Rego poderiam acrescentar "ou outros locais que promovam a utilização". Estavam de acordo. ----------
----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção "Alargar o serviço de bicicletas GIRA ao Bairro Santos"**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP, IL, CDU e BE) e 1 voto contra (CHEGA).----------
----- **Membro Fernando Pereira (PS)** apresentou a recomendação *"Contrato interadministrativo de Delegação de Competências e de Cooperação entre a CML e a JFAN, aprovado na sessão de 26 de maio desta Assembleia" (ANEXO 7).* ----------
----- Relembrou que no dia 26 de maio aprovaram um conjunto de CDCs que totalizavam quase três milhões de euros, aprovaram com base num quadro de cinco eixos e pouco mais do que isso, uma breve descrição. Isso representava quase 60% do Orçamento. ----------
----- Nessa sessão o PS disse que não se ia opor à aprovação, já tinha sido negociado entre o Executivo e a Câmara, eram investimentos necessários na Freguesia. O que pediam era que as forças políticas fossem sendo informadas da evolução desses projetos para avaliar a execução dos mesmos, dando esse aval de confiança ao Executivo. Até ao momento ainda não foi remetido e na altura tinham ficado convictos que o Senhor Presidente concordava com essa posição. Era isso que queriam reiterar novamente.----------
----- Disse que queria de retirar o ponto da transmissão online, porque o Senhor Presidente prometeu que isso estava no Orçamento. ----------
----- **Membro Pedro Bandeira Duarte (CHEGA)** disse que não tinha nada contra o Membro Fernando Pereira e tudo contra a sua ideologia, mas iria aprovar essa recomendação porque a transparência era o que mais faltava no País. Até desconfiava indo do PS, "quando a esmola é muita o pobre desconfia", mas o CHEGA iria aprovar essa recomendação.----------
----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação "Contrato interadministrativo de Delegação de Competências e de Cooperação entre a CML e a JFAN, aprovado na sessão de 26 de maio desta Assembleia"**, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.**
----- **Membro Américo Vitorino (PSD)** apresentou a recomendação *"Pela retirada dos cartazes políticos de grande formato no eixo Saldanha – Campo Grande" (ANEXO 8).* ----------

----- **Membro Pedro Bandeira Duarte (CHEGA)** disse que nem sabia como essa recomendação foi aceite pelo Presidente da Mesa, porque a Lei da Comissão Nacional de Eleições dizia que os partidos políticos podiam pôr e, portanto, não sabia como se ia pedir a uma Junta que os retirasse.
----- Quanto à poluição visual, para uns era poluição visual e para outros era o conhecimento de uma nova oportunidade de escolha e sair dos tradicionais 49 anos dos mesmos partidos. Se não concordavam com isso, quem estava há 49 anos no poder alternativamente entre o PSD e o PS, mudassem a Lei da Comissão Nacional de Eleições, ou tentassem mudá-la. Não era difícil, porque quando foi das eleições autárquicas em 2021 tinha convocado a Comissão Nacional de Eleições por achar que havia um conjunto de coisas que não eram de importância, tal como a morada dos candidatos. A Comissão Nacional de Eleições reagiu a dizer que era assim e tinha de ser assim.----------
----- Tinha ido ao RGPD, que lhe deu razão, falou com a Comissão Nacional de Eleições que continuava irredutível no seu mesmo espaço, subiu ao Conselho Superior de Magistratura e no dia 2 de agosto as moradas estavam todas retiradas à porta dos tribunais do País. Portanto, era fácil mudar as Leis se não concordavam com elas.----------
----- Levar uma recomendação para tirar cartazes da via pública quando a Lei o permitia parecia uma coisa irreal, nem sabia como iria votar contra, não se podia votar contra uma coisa que era ilegal. Achava esquisito o PSD ir propor uma ilegalidade.----------
----- Aproveitando a ideia, se achavam que havia poluição visual, propunha que o PSD retirasse os seus cartazes todos e levasse também os do PS. Já tinham tanta publicidade nos órgãos de comunicação social que não precisavam. Ficava essa sugestão, retirassem e deixassem aos novos partidos apresentarem-se à população e ficariam com menos poluição.----------
----- **Membro André Carrilho (PS)** disse que o líder do CHEGA logo a seguir ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro era quem tinha mais tempo de antena nas televisões em Portugal e por isso não sabia do que se estaria a queixar, se pudesse explicar melhor ficaria muito grato.----------
----- Queria mostrar à Assembleia um cartaz em pleno Marquês de Pombal em 2021. Era um cartaz com o atual Presidente da Câmara, Engenheiro Carlos Moedas, na sua campanha para as autárquicas de 2021.----------
----- A recomendação, além de partir de um ponto de vista que lhe parecia hipócrita, porque isso sucedeu com o próprio PSD há pouco tempo, tinha algumas imprecisões. Começava por dizer logo no segundo parágrafo que no passado distante a Câmara Municipal de Lisboa proibiu a instalação de estruturas similares em certos locais e a Câmara Municipal de Lisboa nunca proibiu a instalação de material de propaganda política.----------
----- O que aconteceu em 2009 ou 2010 foi que na altura o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Doutor António Costa, convidou os partidos políticos a celebrarem entre eles um acordo para que não fossem colocados cartazes de propaganda política em certos sítios da cidade. Durante anos esse acordo foi sendo cumprido por todos os partidos, mas o primeiro partido a violar esse acordo foi o PSD, que começou a colocar cartazes no tempo da candidata Teresa Leal Coelho e a Câmara Municipal não tinha poderes para proibir, nada pôde fazer e infelizmente esse acordo foi metido no caixote do lixo.----------
----- Na campanha em 2021 era o próprio PSD que colocava um enorme outdoor no Marquês de Pombal e outros partidos foram seguindo.----------
----- Queria também referir que em 2023 a Câmara Municipal de Lisboa retirou os cartazes dos vários partidos que estavam no Marquês de Pombal e achava que na altura seria o CHEGA e o

PCP que lá tinham cartazes. Pouco tempo depois foi pedido um parecer à Comissão Nacional de Eleições, que disse ser ilegal esse ato da Câmara Municipal de Lisboa, que não tinha qualquer tipo de guarida na Lei e que assim não podia ser. Por causa desse ato corria termos ainda atualmente um inquérito crime no DIAP de Lisboa pelo crime de dano e negação de propaganda política. Pensava que esse se inquérito ainda não teria acabado, mas aguardavam resultados do mesmo. ----------

----- O Partido Socialista era sensível aos valores arquitetónicos, ao sistema de vistas da cidade, mas pela impossibilidade legal que existia o que havia a fazer, sendo a Junta de Freguesia a propor junto da Câmara ou a Câmara a propor junto dos partidos, seria sempre pela via de um acordo e nunca pela via da imposição. ----------

----- Havia locais que era bom salvaguardar, como era o caso do Marquês de Pombal no passado, por acordo também e não por imposição, mas todo o eixo central, toda a Avenida da República, parecia muito excessivo que durante todo esse eixo não pudesse haver comunicação de índole política. ----------

----- A pergunta que fazia era se queriam estar a relegar a comunicação política para as calendas das ruas de trás, naquelas ruas em que pouca gente passava, nas vias não estruturante como disse o Vogal Jorge Barata. Onde passava menos gente, não parecia fazer sentido aí haver a comunicação política. ----------

----- O PS iria votar contra a recomendação, por ser claramente violadora da Lei e partir de um pressuposto que não correspondia à correta forma de estar em política, que era comprometer-se no passado, violar no passado e agora quererem outra solução. ----------

----- **Membro Gonçalo Costa Santos (IL)** disse que quando tentavam limitar ou proibir eram sempre contra, que se tentasse proibir de alguma forma a liberdade de expressão, mas não era disso que se tratava. Alguns falaram de conteúdos e de partidos, isso era totalmente irrelevante.

----- Percebia a questão da ilegalidade. Relativamente à comunicação política também achava que era manifestamente ilegal, a Lei era clara e não se podia limitar. ----------

----- A comunicação de publicidade em determinadas zonas não fazia sentido nenhum. Imaginassem por absurdo meter uns "catrapázios" à frente do Rio Tejo, na zona ribeirinha, ou à frente do Castelo de São Jorge. Não fazia sentido, havia tantos locais. Tinha passado metade do dia no trânsito e havia tantos sítios onde podiam meter, porque as pessoas estavam paradas no carro a olhar e até percebia que se fizesse isso nas zonas de maior circulação, mas havia tantas outras zonas mais afastadas do centro, de tanta circulação como o eixo central. ----------

----- Estar e estragar aquela zona com publicidade e não interessava se era política ou não, eram uns "catrapázios" gigantescos que estragavam a vista. Não tinham grande sentido estético, mas achava que aquilo ficava mais bonito limpo de publicidade. As pessoas não eram parvas e não precisavam de levar ali a toda a hora com mensagem política, as pessoas sabiam perfeitamente em quem iam votar. Havia outros sítios onde podiam fazer isso. ----------

----- Nesse sentido estava um bocado dividido, por um lado parecia-lhe que a recomendação era manifestamente ilegal e a Lei era clara, mas por outro lado concordava com o seu conteúdo. Portanto, iria votar favoravelmente e depois a execução logo se via, mas pelo menos ficava um sinal político de que apoiavam o conteúdo da mesma. ----------

----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** disse que quando leram essa recomendação ficaram um pouco constrangidos. Já se falou de vários temas, mas o que preocupava era quando se confundia poluição visual com liberdade de expressão e aí estavam a falar de liberdade de expressão e de liberdade política. A forma de promover as ideias de um partido ou de uma

organização era através da sua mensagem, quem tinha essa possibilidade fazia através dos meios de comunicação, ou fazia-se através de outdoors, mupis ou outros, conforme as possibilidades das diversas organizações ou partidos políticos. ----------

----- Limitar algo dessa forma não augurava nada de bom para a democracia e os locais eram escolhidos de acordo com os objetivos das organizações. Quando se falava em colocar esse tipo de cartazes, ou esse tipo de infraestruturas para outros sítios, então seria colocar lá para os arrabaldes e logo se via. ----------

----- Apesar daquilo que o Membro Gonçalo Costa Santos referiu, as pessoas não estavam assim tão informadas como parecia, porque precisavam da informação constante e atualizada. ---------

----- Iria votar contra porque não consideravam que isso fosse correto e nesse caso era um atentado à liberdade de expressão política. ----------

----- **Membro Américo Vitorino (PSD)** começou por agradecer todos os comentários e o período de reflexão sobre aquilo que o PSD propunha no documento. ----------

----- Era importante não confundir coisas que não eram confundíveis. O facto de haver absoluta necessidade de reduzir os outdoors de grande dimensão em determinadas artérias nada tinha a ver com coação ou impedir a liberdade de expressão. Não era obviamente essa a intenção, longe disso, era apenas enquanto partidos políticos ter em consideração que havia limites na forma como se ocupava o espaço público. A permissividade em ambiente urbano devia ter limites, fossem eles de autorregulação, dados os contornos da Lei, ou indo mais longe e impondo limitações legais que seriam regras a ser respeitadas. ----------

----- Isso não tinha nada a ver com a limitação da expressão. Inclusive o próprio texto dizia o seguinte: "Vital Moreira - O princípio da liberdade da propaganda política não justifica todos os meios, incluindo ocupação selvagem, ela sim ilegal e criminosa, do domínio público e a violação do direito ao ambiente urbano." ----------

----- O que era proposto era que fossem desenvolvidos todos os esforços legais que levassem a retirada de todos os outdoors de grande formato localizados entre a Praça Duque de Saldanha e a rotunda do Campo Grande. Isso incluía entendimento entre os partidos políticos, incluía abordagens a quem os colocava porque havia regras que não eram respeitadas e sabiam disso. Havia uma diferença entre os outdoors publicitários e aqueles que eram colocados pelos partidos políticos em termos de procedimentos, o que levava a que uns estivessem mais limitados do que os outros e que um partido político pudesse cercar a Assembleia da República com cartazes e o argumento era que tinha liberdade para o fazer. ----------

----- Havia valores que também importavam para além da liberdade de expressão numa democracia que se queria forte, que todos tivessem atenção sobre. Era isso que o texto dizia, naturalmente todos os esforços legais e de boa vontade para que essa situação não se continuasse a verificar, até porque houve erros no passado que se tinham vindo a perpetuar e competia-lhes também dar o exemplo. A recomendação era tão somente isso e podiam acrescentar "esforços legais". Era um apelo à boa vontade e à preocupação ambiental em meio urbano que aí também estava inerente, também contribuírem de alguma forma para isso. ----------

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação "Pela retirada dos cartazes políticos de grande formato no eixo Saldanha – Campo Grande"**, apresentada pelo PSD, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria,** com 9 votos a favor (PSD, CDS-PP e IL) e 8 votos contra (PS, CDU, BE e CHEGA). ----------

----- **Membro Pedro Bandeira Duarte (CHEGA)** fez a seguinte declaração de voto: ----------

----- *"O CHEGA vota contra esta recomendação porque esta recomendação vem ferida de ilegalidade. Como tal, vota contra a recomendação que nem devia ir a votação, e vota contra a ideia.* ----------
----- *Acrescentaria só que os cartazes que foram retirados do Marquês de Pombal, que estão a ser alvo de um processo em tribunal caso o CHEGA e o PCP ganhem, quem mandou retirar normalmente não paga nada, não há custos políticos para as pessoas que tomam as atitudes e isso é lamentável.* ----------
----- *Isso nem devia ir para ser votado."*----------
----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** fez a seguinte declaração de voto:----------
----- *"Quando a chamada beleza e estética se confunde com a limitação democrática de expressão caminhamos em direção a terrenos pantanosos e muito perigosos."*----------
----- **Membro André Carrilho (PS),** no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o PS queria um esclarecimento relativamente a uma declaração que foi lida no início da Assembleia de um dos Membros, que dizia não estar ali por motivos de consciência política. Depois também se constatava que havia uma substituição em massa na bancada do PSD. Era um eleito tão ilustre da bancada do PSD na Assembleia que queria perguntar o que se passava, se houve algum problema. Gostariam de saber o que se passou. ----------
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que o Membro Américo Vitorino era o número dois da lista, o eleito Abel e a eleita Emília também estavam em linha com o que era normal. Portanto, havia apenas uma substituição e que era o eleito Ricardo Malhão, que estava presente.
----- Sobre as questões que levaram o eleito a justificar a sua falta, a questão deveria ser colocada diretamente à pessoa. Era uma decisão que apenas dizia respeito ao eleito e se havia alguma questão que o Membro André Carrilho quisesse colocar ao Membro José Marinho sobre as questões que o levaram a justificar a sua falta na Assembleia de Freguesia, pedia por favor que na próxima Assembleia de Freguesia lhe fizesse a pergunta ali no púlpito e ele com certeza, em consciência, iria responder para que todo esse processo ficasse registado em ata, tal como devia ser em sede de Assembleia e num momento democrático. ----------
---------- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** ----------
----- **Ponto 1 – Aprovação das atas nº 14 e 15, referentes às sessões de 26 de maio e 29 de junho de 2023;** ----------
----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 14**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. ----------
----- Submeteu à votação a **Ata nº 15**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. ----------
----- **Ponto 2 – Informação do Presidente – 4º Trimestre de 2023** *(ANEXO 9)*; ----------
----- **O Senhor Presidente da Junta** fez a seguinte declaração: ----------
----- *"É apresentado num momento marcado pela incerteza, instabilidade e imprevisibilidade nacional, acompanhado ainda de um contexto geopolítico internacional de exigência, para os quais contribui a conjuntura de guerra no leste da Europa e na Cisjordânia ou faixa de Gaza, no qual dois mundos distintos pretendem acertar o seu espaço na História, embora de forma histriônica e com imenso sofrimento humano, como todos estamos diariamente a testemunhar.*
----- *Face a tais propósitos, o Presidente da Junta de Freguesia de Avenidas Novas e o seu Executivo vêm apresentar o presente documento, norteado pela tentativa possível de concertação, pelo diálogo franco e aberto com as forças políticas aqui representadas, assim*

como com os nossos concidadãos e associações, que nos procuram para dar as suas sugestões e contributos. ----------

----- *Trata-se de um instrumento previsional, condicionado por fatores vivenciais, alguns exógenos, que influenciaram a aposta estratégica para o novo ano que se aproxima.* ----------

----- *Todavia, confiamos no futuro. Continuamos preocupados com o equilíbrio orçamental, mas não faremos deste Orçamento um cavalo de batalha, tudo faremos para garantir a sustentabilidade futura das políticas públicas a implementar, sempre garantindo a manutenção do plano de investimento em curso, sem descurar uma forte componente social, conforme tem sido nosso apanágio e nosso ponto de honra.* ----------

----- *Em resumo, este é um documento de combate à imprevisibilidade, é um documento realista, assente no rigor e na estabilidade, é um Orçamento e um Plano de confiança que quer e vem reforçar a confiança de todos nós.* ----------

----- *Com este Plano e Orçamento continuaremos a criar emprego, a apoiar os cidadãos mais necessitados e a diluir assimetrias, abrindo espaço ao crescimento, sem pôr em causa o rigor das contas. Somos uma Freguesia ambiciosa, mas conscienciosa. Com os documentos a apresentar tentaremos consolidar uma estratégia política e financeira, assente na qualidade do gasto público, na gestão humanista ao serviço da pessoa humana, sem demagogia ou soluções fáceis.* ----------

----- *O acompanhamento rigoroso das despesas e do investimento continuarão a ser uma prioridade também no próximo ano económico. Privilegiaremos a regra do bom senso, sempre certos de que nada há à prova de bala. Enquanto o Presidente de Junta e com o seu Executivo, responsável e empenhado que lidero, quero transmitir-vos que as prioridades tidas em linha de conta na construção deste Plano de Atividades e Orçamento são várias e assentarão na decisão política comum.* ----------

----- *Iremos sempre adotar um papel ativo na resolução dos problemas, sempre ao lado dos nossos fregueses, sempre procurando soluções. O resultado está latente naquilo que já conseguimos tornar realidade e que passo a anunciar:* ----------

----- *Apoio aos fregueses mais necessitados, diluindo assimetrias sociais. As pessoas são quem torna a nossa Freguesia especial;* ----------

----- *Reabilitação do antigo Museu de Resistência e agora Teatro Avenidas, conferindo-lhe capacidades futuras para acolhimento de espetáculos e eventos nas esferas cultural e lúdica.*---

----- *Reabertura reestruturada da UNANTI, Universidade das Avenidas Novas para a Terceira Idade, com criação de novas valências de apoio;* ----------

----- *Realização das colónias de férias FAN 55+, promovendo o envelhecimento ativo com a ocupação assertiva dos tempos livres;* ----------

----- *Abertura do gabinete de apoio para o preenchimento do IRS;* ----------

----- *Incremento do gabinete de apoio psicossocial;* ----------

----- *Apoio logístico e de qualidade às Jornadas Mundiais da Juventude;* ----------

----- *Reforço dos apoios económicos pontuais a fregueses que reconhecidamente deles careçam, ao abrigo dos fundos de emergência social locais e da Câmara Municipal de Lisboa;* ----------

----- *Reativação das brigadas de intervenção rápida para pequenas reparações urgentes em espaço público;* ----------

----- *Criação do SOS Repara, para apoio a pequenas intervenções e reparações em habitações dos fregueses mais carenciados:* ----------

----- *Reuniões de acompanhamento, quer com a PSP, quer com a Polícia Municipal, tendo em*

conta o tema da segurança na Freguesia; ----------
----- *Implementação do cartão de freguês com descontos no comércio local.* ----------
----- *Realização da primeira edição do Avenidas Hot Jazz;* ----------
----- *Realização dos concertos comentados "Com ouvidos de ver", em parceria com a Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves;* ----------
----- *Realização de duas edições do "Artes nas Avenidas".* ----------
----- *Colaboração com a iniciativa promovida pela Junta, em parceria com o Teatro Avenidas na exposição "Retratos contados", relativos à vida e obra do ator Rui de Carvalho, com entrada gratuita até 30 de dezembro.* ----------
----- *Publicação de livros, As Duas Igrejas e Evolução Urbanística.* ----------
----- *Disponibilização de apoios para jovens artistas entre os 18 e 30 anos;* ----------
----- *Criação do gabinete de apoio ao empreendedor;*----------
----- *Reforço da equipa da higiene urbana com 16 novos colaboradores, para uma resposta mais rápida e eficiente face às necessidades;*----------
----- *Apoio aos alunos do primeiro ciclo, com a entrega de kits escolares gratuitos no início dos anos letivos.* ----------
----- *Oferta do livro infantil "À descoberta das Avenidas Novas aos alunos do quarto ano.* -----
----- *Criação do programa de mindfulness nas escolas, "Tranquilo como um esquilo", para alunos do primeiro ciclo.;* ----------
----- *Realização da conferência "Educar é Falar com o Coração";* ----------
----- *Realização da Corrida das Avenidas Novas.* ----------
----- *Reforço das aulas de natação no ginásio.*----------
----- *Entretanto procedeu-se à montagem do ATM da Caixa Geral de Depósitos no Mercado Santos ao Rego, voltado para a Rua Portugal Durão. Está totalmente operacional neste momento.* ----------
----- *Estas realizações insistem na melhoria da qualidade de vida dos nossos fregueses, que são a nossa prioridade e constituem o elixir de esperança sustentada no futuro, promovendo a inclusão de todos numa Freguesia para todos.* ----------
----- *É este, seguramente, o nosso maior desafio. Induzimos visibilidade para a Freguesia, elevámos o perfil turístico, preservámos a nossa identidade patrimonial e cultural, garantindo círculos virtuosos de crescimento sustentável e respeitador da nossa essência e da nossa história. É este o cenário que me cumpre transmitir-vos, baseando-o numa mensagem de confiança e determinação para os novos tempos que nos aguardam.*----------
----- *Espero poder contar com a vossa colaboração institucional nestes novos tempos, para prosseguirmos com o que os nossos fregueses esperam de nós e perante os quais nos sentimos obrigados a dar diariamente o nosso melhor.* ----------
----- *Aproximamos do Natal e um novo ano vem a caminho. Deixem-me, desde já, desejar-vos umas festas felizes, com muito amor e tolerância."* ----------
----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que, ao fim de dois anos de mandato, parecia que os comentários foram fazendo algum efeito e finalmente foi apresentada uma informação mais conforme com o que iam exigindo e que, embora ainda tivesse um largo espaço de melhoria, continha já um conjunto de informações relevantes para a apreciação do trabalho realizado pelo Executivo.----------
----- A merecer também elogio era que só tinham quatro fotografias do Senhor Presidente nessa informação escrita. Havia inclusive uma fotografia da oposição, que lhe coubera a si, mas foi por

acaso porque o Senhor Presidente da Mesa o convidou para estar na Mesa nesse dia. Foi uma evolução face à enxurrada de fotografias que havia nas outras informações escritas.----------
----- Passava um bocadinho pelo eufemismo do primeiro parágrafo, classificando como histriônicos os comportamentos que se passavam na Palestina. Achava que era mais do que isso, não eram meramente exageradas, era algo que podiam classificar de forma diferente. ----------
----- De qualquer forma, queria apenas salientar os seguintes aspetos:----------
----- O primeiro era a recolha dos ecopontos. Já tinham falado sobre essa matéria e importava haver mais informações nos locais problemáticos, se era que ainda havia algo que não fosse problemático nesse momento. As medidas que estariam a ser tomadas para melhorar o problema e o gráfico que acompanhava a informação também não era o mais esclarecedor relativamente ao mesmo. ----------
----- Recordava a proposta que foi feita no sentido de o Executivo começar a negociar desde já com a Câmara de Lisboa o aumento do valor para a recolha dos ecopontos. Como sabiam, estava em 100 mil euros há vários anos e com os aumentos da inflação e do salário mínimo era mais do que necessário rever isso, sob pena de não conseguirem melhorar esse serviço, nem aumentar as rondas. Já tinham falado sobre isso e era importante começar desde já a negociar com a Câmara, se ainda fosse possível, a revisão desses valores. ----------
----- Na Assembleia Municipal também já foi referida essa necessidade de revisão dos preços.--
----- Na contratação pública registava a informação de mais contactos com empresas fornecedoras. Aliás, no Orçamento também referiam isso. Era positivo melhorar o sistema de contratação pública e aumentando a sua transparência, aumentando o número de fornecedores.-
----- No plano de prevenção de riscos e infrações conexas também já se referia implementar mais medidas de controlo e fundamentação da escolha das entidades a contratar e a solicitação no mínimo de três propostas para qualquer tipo de procedimento. Notava-se também aí uma evolução que era positiva. ----------
----- Foi disponibilizada a lista das ações de poda que ocorreram na Freguesia, prometida pelo Vogal Jorge Barata. Finalmente estava na informação e algumas podas que podiam ser preventivas para evitar alguns danos.----------
----- O mapa de consumo de água apresentava uma subida e não uma descida, como estava referido no texto. Na transição entre mapas havia valores, sabia que eram pequenos, mas uma vez que estavam na ordem dos contabilistas fazia um apelo à Tesoureira para algum cuidado na transição dos mapas, por vezes os valores não eram exatamente idênticos. ----------
----- Também eram informados da colocação do monobloco na MALA para o camarim das aprendizagens e emoções, mas continuavam a achar que a aprendizagem no ensino especial merecia instalações mais conformes e definitivas. Sabia que isso estava no eixo dos CDCs. Não achavam que fosse a solução definitiva para o ensino especial. ----------
----- Saudavam a informação sobre o grau de execução dos CDCs de 2023-2025, era onde se constatava haver alguns atrasos, com valor executado de 389 mil euros em 2023 quando o contratualizado com a Câmara apontava para 583 mil euros. Sobre o atraso apenas tinham a justificação de problemas com a infraestrutura desportiva no Campo Pequeno, nada sendo dito sobre o eixo 2 que não tinha qualquer valor comprometido nesse momento. ----------
----- Sobre esse tema perguntava se já havia negociações com a Câmara e com o Grupo Desportivo Operário, que tinha aquela instalação desportiva no Campo Pequeno, para a entrega daquela infraestrutura e para que pudessem executar esses eixos. ----------
----- **Membro Américo Vitorino (PSD)** começou por agradecer a informação prestada pelo

Senhor Presidente com todo o detalhe. ----------
----- Salientava de forma positiva a vontade e a clareza com que o Executivo pretendia apresentar melhorias, de encontro àquilo que eram as preocupações dos representantes da população. ------
----- Saudava o Partido Socialista pelo contributo positivo e pela frontalidade com que se dirigiu ao Senhor Presidente da Junta. Essas alterações iam de acordo ao que pretendiam isso era coisa que muitas vezes não se via, por isso o elogio ao Partido Socialista pela clareza e pela frontalidade com que assumia as discordâncias quando as havia e sem qualquer problema as concordâncias.-
----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** disse que tinham verificado algumas notas na informação do Senhor Presidente, mas dava a mão à palmatória relativamente à melhoria do documento. Começaram com documentos que eram ilegíveis, foram melhorados e podia-se dizer que esse em termos de grafismo e de acesso à leitura estava muito melhor.----------
----- Relativamente ao documento em si, nos apoios às instituições era referido que havia poucas instituições a apoiar-se nesse mesmo regulamento. O que perguntava era se estaria mal divulgado, se os valores eram reduzidos, senão estaria na hora desse regulamento ser revisto para ser mais atrativo e as instituições poderem ter esses apoios que a Junta de Freguesia disponibilizava. ----------
----- Perguntava também relativamente às obras do viaduto. Não se melhoravam as instalações da higiene urbana porque se iam fazer obras no viaduto, não se fazia nada no parque infantil porque ia haver obras no viaduto e o que perguntava era se já havia data para começar as obras no viaduto, se podiam ter acesso ao plano das obras no viaduto para terem conhecimento do que iria acontecer naquela zona. Também havia lá um polidesportivo que podia ser utilizado, mas não tinha obras de melhoramento porque ia haver as obras no viaduto.----------
----- Ficava um pouco constrangidos nessa situação e se o Executivo pudesse divulgar o plano de obras ajudaria a se calhar fazer algumas propostas de melhoramento para essas mesmas obras.--
----- Falando em obras, saber quando avançariam as obras do mercado, se havia datas ou não, porque se arrastavam já há algum tempo.----------
----- Também era mencionado pelo Executivo que existiam locais problemáticos na recolha e no depósito de resíduos. Perguntava o que o Executivo pensaria fazer nisso, aproveitar um pouco a recomendação que foi aprovada ou o que iria fazer, se era um reforço nessas zonas.----------
----- O Senhor Presidente tinha mencionado em relação ao recrutamento, mas parecia que continuavam a apostar muito nas prestações de serviço e não considerava que isso fosse benéfico para os trabalhadores e nesse caso também para a Freguesia. Não havia uma visão de futuro como referiu no preâmbulo, porque a prestação de serviços não era o futuro.----------
----- Ainda nesse dia tinha saído uma notícia nos órgãos de comunicação social, que os recibos verdes na função pública atingiram o recorde no primeiro semestre de 2023. O que sabiam no caso concreto da Junta de Freguesia de Avenidas Novas eram 81 prestações de serviço e havia que repensar essa questão.----------
----- Uma boa notícia era que parecia finalmente irem ter o quiosque aberto da Praça Nuno Gonçalves. Já estava há algum tempo para abrir e parecia que era agora, pelo menos era o que estava no documento. ----------
----- Na página 39 era referido que seriam feitos investimentos futuros na piscina para além daqueles que eram mencionados. Perguntou se podiam dizer quais eram esses investimentos. ---
----- Na última página do documento era descrito em todos os projetos o ponto de situação, exceto na rubrica do eixo 1, em que a verba era de 895 mil euros. Perguntou se seria possível desenvolver porque falava em diversos locais. Havia sempre condições para melhorar o documento e era isso

que levavam ali.----------
----- O Senhor Presidente também falou que tinham sido instalados dois ATM no Bairro de Santos porque saiu de lá o banco público, a Caixa Geral de Depósitos, mas gostaria de levar ali o relato de um morador que foi à CGD, ainda lá estava a tentar levantar dinheiro e já não tinha, depois foi ao Minipreço e não tinha dinheiro, foi ao AUCHAN e não tinha dinheiro, foi ao Curry Cabral e não tinha dinheiro. Teve de ir ao multibanco na José Malhoa para levantar dinheiro. ---
----- Deu-se um serviço à população que eram os ATM, mas o que tinham de reivindicar era o regresso de um banco e principalmente um banco público à Freguesia, porque não foi só uma filial que saiu, foram duas, a António Augusto de Aguiar também fechou. ----------
----- Muito ali se tinha falado do Teatro Avenidas e perguntava para quando uma Assembleia de Freguesia no Teatro Avenidas. ----------
----- No documento apresentado não se via qualquer referência a algumas preocupações da população no que dizia respeito, por exemplo, à zona envolvente ao novo quartel dos Bombeiros Lisbonenses. Era o último espaço verde que tinham na Freguesia e se fossem fazer mais construção… tinham de acautelar o futuro, porque só construir e não deixar espaços verdes para se poder brincar, passear, respirar, provocaria problemas no futuro. ----------
----- Uma proposta que tinham apresentado era a questão da acessibilidade do Bairro do Rego à estação de Entrecampos, o apeadeiro. Gostariam que o Executivo tivesse esse cuidado num próximo documento e exigisse perante as entidades essa mesma necessidade. ----------
----- Tinham sido alertados pela população que quando existiam eventos na Rua Filipe da Mata o acesso ao parque infantil ficava vedado. Tinham um espaço público, mas quando existiam eventos o parque infantil ficava vedado. Havia que acautelar isso para o futuro, porque não podiam ter um espaço para todos vedado por existir um evento.----------
----- No último encontro com os pais e com a respetiva associação da escola básica de São Sebastião da Pedreira relataram que os balneários de apoio aos alunos muitas das vezes estavam inoperacionais, que havia pouco espaço para brincar para as crianças, que não existiam condições para elas brincarem. ----------
----- Na última Assembleia das crianças queixaram-se que precisavam de espaços para brincar e novos brinquedos. Esperava que no próximo Orçamento tivessem isso verificado e em atenção para que na próxima Assembleia das crianças elas não se fossem queixar de não ter brinquedos e condições para brincar. ----------
----- **Membro Pedro Bandeira Duarte (CHEGA)** disse que tinha tomado notas da primeira página, uma coisa que era muito importante, "tentaremos consolidar uma estratégia política e financeira assente na qualidade do gasto público, na gestão humanista do serviço da pessoa humana, sem demagogia a soluções fáceis." Para a frente iria falar sobre isso.----------
----- Relativamente à organização da Freguesia, saudava a varredora automática. Parecia que nesse ano não iam ter alterações climatéricas, as culpadas da limpeza. Pensava que a varredora seria insuficiente, se calhar só havia uma e as ruas estavam outra vez cheias de folhas. Havia tanto dinheiro que achava mal gasto nas Juntas que se calhar investir numa nova varredora não seria má ideia. ----------
----- Em relação aos espaços públicos, gostava também que houvesse o maior investimento nos jardins de infância e sobretudo bancos para os alunos se sentarem e limpeza. Não só a reparação, como o alargamento de alguns espaços que sabia ser possível, uma renovação de alguns e sobretudo a higiene dos mesmos. ----------
----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não sabiam quando iriam começar as obras do

viaduto, mas em qualquer momento podiam começar. O parque, começando as obras seria demolido, a higiene urbana também, do campo ainda não sabiam se sim ou não. Não podia dizer qual era a data, mas era para ficarem a saber. ----------

----- Sobre os trabalhadores dos recibos verdes, admitiam funcionários para trabalhar e não os iam pôr imediatamente no quadro, eles tinham de provar e iam com recibos verdes, como era lógico. Preferia tê-los a recibo verde, mas terem emprego, do que andarem aí na rua sem fazer rigorosamente nada. ----------

----- As caixas multibanco, sobretudo a do mercado, podia falhar um dia ou outro e não terem dinheiro, mas isso era normal. Por exemplo durante a época do Natal foi uma corrida ao multibanco e de repente ficou sem dinheiro, mas estavam sempre atentos e sempre que alguém dizia telefonavam para a SIBS ir imediatamente repor.----------

----- Havia um no Gemini, que era muito importante para aquela população. No mercado era a parte central, em que apanhava ali muita população.----------

----- Sobre os bombeiros, ia ser construído um quartel e ainda bem porque ocupava aquele espaço que estava livre. Estavam à espera de que a Câmara arranjasse ali um lugar para poderem fazer um campo a céu aberto de futsal, basket, etc., ver se conseguiam fazer isso no pequeno espaço que podiam ter.----------

----- Na Filipe da Mata o jardim não ficava vedado. O parque funcionava até às 19 horas e após o horário era apenas utilizado pelo café. ----------

----- Em relação ao mercado, as lojas, o que podia dizer era que estava a decorrer um segundo concurso porque no primeiro não apareceu ninguém. Terminaria em final de janeiro e até lá teriam de aguardar. ----------

----- **Ponto 3 - Apreciação, debate e deliberação sobre a 3ª Alteração Orçamental Modificativa de 2023 – Proposta nº 04/PRES-TSC/2023** *(ANEXO 10)*; ----------

----- **O assessor do Senhor Presidente** disse que se podia realçar o valor que chegou como reforço para o COVID e depois tiveram de distribuir pelo valor da despesa. Não havia mais nada a realçar.----------

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **3ª Alteração Orçamental Modificativa de 2023 – Proposta nº 04/PRES-TSC/2023**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria,** com 16 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP, IL, BE e CHEGA) e 1 abstenção (CDU). ----------

----- **Ponto 4 - Apreciação, debate e deliberação sobre o Orçamento para 2024 - Proposta nº 209/PRES/2023** *(ANEXO 11)*;----------

----- **O assessor do Senhor Presidente** disse que a proposta de Orçamento para 2024 refletia aquilo que foi compromisso do Executivo em 2023 e assentou essencialmente em quatro pilares. Muito na esteira daquilo que se falou para 2023, imputar despesa do pessoal efetivamente a cada setor, garantir estabilidade do quadro, identificar as despesas por funções em missões diferentes, desde a funcional, orgânica e económica, e também identificar à luz daquilo que já foi feito na informação trimestral, para dar o acompanhamento a quem se debruçou sobre estas matérias dos CDCs. ----------

----- Como referiram um ano atrás, o Orçamento de 2023 era de mudança. Assente nos três *milestones* e na realidade podiam dizer, era esse o entendimento do Executivo, era um Orçamento de futuro. De futuro porque, na realidade, implementaram um conjunto de procedimentos e regras, descentralizaram, houve uma efetiva descentralização, ao contrário daquilo que foi referido no Orçamento do ano passado, que havia um aumento da centralização. A

descentralização e a imputação mais ajustada à realidade de todos os recursos, humanos, materiais e financeiros, isso pelos diferentes setores e projetos. ----------
----- Na realidade iria permitir chegarem ao final do ano, coisa que não foi possível no Orçamento de 2023, a definir efetivamente quais eram os gastos, que de momento tinham um conhecimento muito rústico sobre os gastos efetivos de cada atividade. Chegando a esses indicadores de desempenho planeariam no futuro e conseguiriam um maior *accountability*. Não era só a responsabilidade, porque a responsabilidade ia passando de uns para os outros, *accountability* eram todos aqueles envolvidos em qualquer resultado, contribuíam e aceitavam essa responsabilidade. ----------
----- Queria relevar uma errata à página 22, provavelmente quando se debruçaram sobre o Orçamento verificaram que havia uma frase um bocado descontextualizada e que era para não ser tida em consideração. ----------
----- Falando da receita, nesse momento tinham uma receita prevista de 7.086.000, receita que no fundo incorporava 1.620.000 euros de CDCs, ao contrário do que se passava no ano anterior e que não foram contemplados os respetivos CDCs porque ainda não estavam aprovados.----------
----- Realçava dois aspetos. Como podiam reparar, havia um aumento substancial de 36% e continuavam a depender em grande maioria das transferências correntes, tinham que se ajustar a essas transferências correntes que representavam 85%. ----------
----- Olhando para as fontes de receita, que era importante olhar para perceber também o enquadramento do Orçamento, se comparassem só da administração central, que no ano anterior representava 81%, nesse ano representava 62% porque havia um grande peso de todos os CDCs. Não somente aqueles que normalmente recebiam, os CAF e AAAF, mas a tranche para o ano 2024 dos respetivos 2,9 milhões. Para esse ano seriam 1,458 milhões e no próximo ano cerca de 500 e tal mil euros. ----------
----- Como podiam ver, a receita estava a aumentar porque cada vez mais se estava a perder o efeito da própria pandemia e nesse momento iam com cerca de um milhão de receita prevista. Essas eram as fontes de financiamento que resultavam nos tais sete milhões do Orçamento. -----
----- Olhando para a despesa, 83% eram de receitas correntes e 1.202.000 euros eram de capital, ao contrário dos poucochinhos 300.000 euros que tinham no ano anterior em virtude de não haver os CDCs. Estava aí bem espelhada a importância dos CDCs no Orçamento da Junta.----------
----- Em termos de uma visão económica, na realidade havia o tal aumento de 20,8% nas despesas correntes, mas as despesas com pessoal nesse grande aumento representavam apenas 10,5%. As despesas com aquisição de bens e serviços, ao contrário do ano anterior, nesse momento era um aumento substancial. ----------
----- Se reparassem parecia um paradoxo, mas não era, na despesa em termos absolutos havia um aumento efetivamente, mas em termos relativos a despesa com pessoal, nas despesas correntes o peso da despesa com pessoal era menor. Claro que aí também tinham o tal incremento substancial de 1.202.000 que refletia as despesas com capital. ----------
----- A visão orgânica da despesa, não podiam esquecer que no ano anterior tiveram duas versões de Orçamento, uma reprovada e outra aprovada e a que foi enviada dentro do documento era a reprovada. Foi um lapso de que pediam desculpa, mas não alterava em nada porque, como podiam reparar, o valor da despesa era o mesmo, o aumento era o mesmo. O que dava para realçar aí era que havia uma diminuição na divisão financeira porque houve a desagregação dos custos com pessoal pelos diferentes setores e todas as outras rubricas, ao contrário do que se dizia no ano anterior, de que não havia uma predisposição do Executivo de desenvolver atividade para

com os fregueses porque todo o custo com pessoal estava só ligado aos recursos humanos e não por diferentes setores. ----------
----- Se olhassem de forma mais agregada, o que se via era que todos os setores aumentavam significativamente a sua despesa. No ano anterior referia-se que não havia um investimento nos fregueses e só queria dar uma nota da higiene urbana, que no ano 2024 iria custar 977.000 euros porque no ano anterior não tinha pessoas e nesse momento os custos com pessoal, tanto do quadro como a recibos verdes, estavam incorporados. Portanto, via-se a diferença e tinham uma fotografia completamente diferente do ano anterior. ----------
----- No ano anterior tinham 2.392.000, tudo imputado aos recursos humanos, que baixou 86%.
----- Numa visão funcional da despesa tinham as diferentes funções, os vários programas alocados a cada função e que estavam refletidos nos mapas. Havia uma diferença de 5 mil e tal euros porque tinham uma mudança estrutural da despesa. O Orçamento teve um início e iria ter um fim e alteraram isso a meio, tudo isso requeria uma afinação e esses erros eram normais, mas o valor total da despesa mantinha-se inalterado. ----------
----- Se reparassem 2023 e 2024, o peso em termos de visão funcional estava nas funções gerais e em 2024 havia uma inversão completa em termos de peso, porque houve uma reestruturação completa e uma definição muito fina, em que chegaram à conclusão de haver funções sociais que não estavam corretamente imputadas nos devidos sítios e houve essa inversão.----------
----- Mais, se olhassem o Orçamento que estavam a propor para 2024, se retirassem os gastos com pessoal verificava-se que essa redefinição de funções já era muito mais coerente, porque essa alteração do pendor social tornava-se evidente. A imputação foi corretamente feita na questão social, aliás à luz do que viram anteriormente no mapa em termos de setores que trabalhavam para os fregueses. ----------
----- Tinham aquilo que era obrigatório por Lei, cumprir a regra do equilíbrio orçamental em que as receitas correntes eram superiores às despesas correntes. ----------
----- Havia um mapa que era a continuação da informação trimestral, o que queria dizer que estavam a ver o futuro, 31 de dezembro de 2024. De acordo com aquilo que tinham planeado o tal 1.458.000, que no fundo era a tranche que disponibilizaram para 2024, seria distribuído dessa forma. Não foi junto dos documentos porque não conseguiram terminar a tempo e apresentava as desculpas nesse sentido, mas seria com certeza fornecido o mais rapidamente possível. O mapa estava feito e poderia ser fornecido logo que o desejassem. ----------
----- Os retângulos com a linha diagonal a sombreado queriam dizer que não tinham a certeza se concluíam esses projetos. Depois existiam três projetos onde tinha que haver alguma intrusão com a própria Câmara, porque a melhoria das acessibilidades foi promovida por parte da Câmara e tinha que haver uma conjugação das acessibilidades pensadas pela Câmara na área da Freguesia. ----------
----- Outra questão era o desenvolvimento que se ia fazer no Bairro de Santos ao Rego, em que tinham de perceber qual era o espaço e que o Senhor Presidente já referiu. Quando lhes entregassem o campo conseguiriam desenvolver. ----------
----- Essa era a situação em termos de 31 de dezembro de 2024.----------
----- **Membro Américo Vitorino (PSD)** disse que queria apenas dar os parabéns. Já tinha assistido a muitas explicações técnicas dos documentos, frisava a transparência e a preocupação em transmitir as diversas visões e a explicar exatamente as alterações para que todos os eleitos as pudessem compreender de uma forma mais eficaz e também pudessem falar sobre as mesmas e ser esclarecidas as dúvidas apresentadas. Isso era importante porque muitas vezes esses

documentos eram herméticos, de difícil perceção sem a explicação e o enquadramento. Daí os seus parabéns ao Executivo, pela forma transparente e também pela forma técnica e confiança que foi depositada nessa apresentação. ----------
----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que queria realçar o facto de o documento ter sido entregue com alguma antecedência, o que agradeciam. O Regimento fazia uma recomendação para ser entregue com cinco dias de antecedência, embora a Lei previsse apenas os dois dias. ---
----- Essa antecedência também se refletiu nalguns documentos e na forma como eles foram apresentados. O assessor do senhor Presidente explicou e perceberam isso, também solicitavam que na próxima houvesse maior cuidado. ----------
----- Um aspeto que tinham dado era a comparação na classificação orgânica com a comparação entre os orçamentos, que não tinha sido a versão definitiva, mas que dava pequenas diferenças e foi agora retificado. Não tinham também o mapa dos CDCs, trabalharam com o mapa que tinha ido na informação trimestral, pedia também que lhes enviassem.----------
----- Verificava-se com essa alteração que as funções sociais representavam 61,76% do Orçamento, embora pelo efeito dos CDCs as componentes desporto e ordenamento do território fossem as componentes mais beneficiadas, em detrimento da saúde, cultura e ação social que tinham valores mais baixos.----------
----- As despesas mais significativas eram nos espaços verdes e higiene urbana, mas isso pelo efeito que os CDCs tinham também no Orçamento.----------
----- Reconheciam que enquanto não fosse revista a Lei das Finanças Locais também não tinham uma margem de manobra significativa e esperava que todos pudessem fazer força para que essa Lei viesse a ser alterada. Na reunião da Associação Nacional de Municípios já houve pelo menos esperança para que a coisa fosse estudada. Todos tinham de fazer um esforço para que isso se concretizasse.----------
----- Tinha sido prometido que a reorganização interna fosse concluída em 2023, não foi ainda totalmente e a promessa era que em 2025 teriam uma Junta de Freguesia de Avenidas Novas a operar em condições ótimas. Calhava bem ao Executivo, que era em ano eleitoral. Esperavam que a eficiência beneficiasse diretamente os fregueses e não se traduzisse em mera e descarada campanha promocional, mas estariam atentos para essa vertente. ----------
----- Nos aspetos positivos havia a aquisição de uma viatura de nove lugares para o apoio social, a preocupação com a contratação pública, um reforço do quadro para o desenvolvimento das ações de análise e diversificação de fornecedores, aumentando a transparência no processo de contratação. Reportavam isso de importante.----------
----- O reforço do quadro do pessoal da higiene urbana, a promoção da criação de uma equipa de prevenção em saúde mental e a manutenção de uma gestão prudente do Orçamento. Esperava que não fosse demasiado prudente e que em 2025 fosse gasta, mas esperando que não. ----------
----- Destaques negativos, o insucesso da negociação com a Câmara para o CDC dos elevadores do Bairro do Rego, que estavam lá referidos, mas ainda não contratualizados. Esperavam que isso pudesse ser conseguido. ----------
----- A falta de transparência quanto a algumas iniciativas a realizar que estavam expressas ao longo dos mapas. No ano anterior já tinham falado disso, na contabilidade as descrições por vezes eram muito idênticas ao longo de todos os mapas e não permitia perceber exatamente quais eram as iniciativas. ----------
----- Por exemplo, um inquérito de satisfação que estava incluído nas funções sociais pelo valor de 15 mil euros sem uma explicitação para o mesmo. Não sabia exatamente para o que era,

preferia ali uma verba para comemorar os 50 anos do 25 de Abril, que também não viam no mapa. Também não viam a verba para a transmissão online das Assembleias de Freguesia. ------
----- Em geral a apreciação do Orçamento levava a que o Partido Socialista se abstivesse na votação. ----------
----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** disse que tinha algumas considerações a fazer ao documento apresentado. ----------
----- Na parte do desenvolvimento económico da Freguesia, a aposta apresentada era diminuta e também não se conseguia aferir uma verdadeira política de desenvolvimento. ----------
Verificavam os destaques apresentados relativamente a outros temas, aí sim, já estava mais desenvolvido.----------
----- Aproveitava para alertar que as sinergias entre a Junta de Freguesia e o comércio local deviam ser acauteladas. Um exemplo concreto era no último mercado realizado no Bairro de Santos com os comerciantes de fora, levaram os mesmos produtos dos comerciantes que estavam lá e os comerciantes permanentes queixaram-se dessa situação. Queriam promover esses mercados, porque era importante para a dinamização, mas também tinham que acautelar uma questão de não levar os mesmos produtos para não criar atritos. O que se pretendia era uma dinamização do comércio local e dos pequenos comerciantes. ----------
----- Deixava-os deveras preocupados que no ano das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril não houvesse uma linha no Orçamento. Poderiam dizer que eram radicais em reprovar o Orçamento só por causa disso, mas não iam tão longe. ----------
----- Concretamente à aposta no desporto, consideravam que as atividades pontuais ao longo do ano e nada regulares não eram suficientes e com isso a política de apoio ao movimento associativo era praticamente inexistente, algo que consideravam negativo para o desenvolvimento na Freguesia. ----------
----- Referia-se no documento que a segurança das crianças era uma prioridade e estava totalmente de acordo. Perguntava ao Executivo o que pensava fazer por exemplo em relação ao parque infantil que estava na Rua Marciano Henriques da Silva, que não tinha qualquer cobertura dos equipamentos disponíveis. Em tempo de calor era impossível qualquer criança estar lá e se estivesse a chover nem isso era possível. Aquele equipamento era residualmente usado. Havia que refletir nessa situação e outros partes infantis na Freguesia, mas era um exemplo que levava ali.----------
----- Relativamente aos recursos humanos, não concordavam com a aposta do Executivo em que a prestação de serviços era boa para a Freguesia. Havia outras hipóteses, havia contratos a termo para perceber se as pessoas eram válidas ou não para as funções, se a pessoa não desempenhava as funções no final não era renovado e a pessoa poderia procurar outras funções. A prestação de serviços não era a solução e isso provocava uma precariedade maior perante os trabalhadores. --
----- Uma informação que foi levada ali, mas que estava no documento, que olhassem para o valor proposto para as despesas de pessoal e para prestação de serviços era praticamente a mesma. Referiam que queriam combater a precariedade, mas se estavam a apostar de igual forma em prestação de serviços como apostavam em pessoas do quadro o contrato não era bem uma aposta.

----- Gostaria de apontar algumas sugestões para o Executivo no que dizia respeito aos melhoramentos na piscina. Já tinha sido referido mais que uma vez a criação de um espaço reservado para as crianças poderem utilizar quando estavam nos balneários, porque havia a questão de estarem também adultos no mesmo balneário. Era importante criar isso. ----------

----- Tendo em conta a melhoria nas mesmas instalações, a possibilidade de terem cabidos dentro dos cacifos. Existiam as opções de colocar os cabidos tipo hotéis, antirroubo. Não era prático para os utentes levarem um cabide de casa, ou os de lá estavam muitas vezes danificados e não era possível o seu uso. Isso levaria melhoria e mais utentes a utilizarem as piscinas.----------
----- Já se tinha falado na questão do elevador da Rua da Beneficência e todos sabiam qual era o problema. O que consideravam era que o Executivo tinha de fazer mais força perante a Câmara Municipal. Se não davam condições à Junta rejeitavam o CDC, porque não podiam andar constantemente com um elevador avariado. Era uma zona da Freguesia com população muito envelhecida e se o elevador não estivesse a funcionar não saíam de casa e isso era um problema que ali deixavam. Não se podia estar sempre à espera de que as peças viessem, que se montassem as peças, que houvesse melhor tempo. ----------
----- Se calhar o elevador não era a melhor solução e teriam de pensar noutra solução, uma rampa ou outra coisa. Não era engenheiro, deixava isso para a competência de quem a tinha, encontrar uma solução para melhoria das condições de mobilidade da população.----------
----- Na página 36 foram apresentados dois CDCs, "Bairros 100%" e "Escolas 100% seguras", mas não tinham execução nem valores. Saber a razão, se iriam ter novos CDCs. ----------
----- Na página 37 também referiam um milhão e meio de CDCs a desenvolver e queria saber que projetos eram esses. ----------
----- Iriam abster no Orçamento. ----------
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que curiosamente essa situação da ponte ou da rampa já foi estudada por alguém que estava na sala. Chegara a apresentar uma proposta para isso ser equacionado e foram feitos alguns contactos junto da REFER.----------
----- **Membro Pedro Bandeira Duarte (CHEGA)** disse que gostava de pegar nesses últimos temas do Membro João Meira dos Santos. Eram anos a ouvir falar nessa história dos elevadores. O Membro Paulo Lopes explicou na última Assembleia que o motor estava em baixo e agora queriam fazer uma ponte, não seria mais fácil pôr o motor em cima? Fazia-se uma ponte e depois a população estava envelhecida, depois queria um UBER para passar por cima… ----------
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que se fosse mais fácil pôr o motor em cima certamente já estaria. ----------
----- **Membro Pedro Bandeira Duarte (CHEGA)** disse que relativamente à piscina, ou fazia as melhorias todas que queria ou ele não aprovava o Orçamento. Tudo o que era no Rego, meter mais máquinas multibanco, mais piscinas, ceder-lhe às coisas todas e gastasse porque ali estavam para pagar. Só esperava que não cedesse à tentação de pôr os balneários mistos. ----------
----- O Orçamento era um cheque em branco para a próxima gestão, fazia a orientação de todos os gastos e a forma como ia ser distribuído aquilo que foi sacado em impostos aos contribuintes.
----- Costumava dizer que a confiança não se exigia, merecia-se. Isso foi uma coisa ensinada pelo seu avô e pelo seu pai. Mais do que aprovar um orçamento, era importante ir ver a execução do anterior. O CHEGA não tinha uma daquelas máquinas políticas colossais e tinha dado uma vista de olhos, tendo ficado chocado com contratos mal feitos, contratos sem nomes, contratos imorais, verbas gastas imoralmente. ----------
----- Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Junta, perguntou se estava admirado. Disse que tinha feito queixa e não podia dizer a razão, porque estava em segredo de justiça. Se calhar aparecia-lhe mais alguém na Junta, que já lá foram várias vezes e se calhar aparecia mais alguma. Com tanta gente, com tanto apoio à tesouraria, com tanto apoio ainda se inseriam contratos irregulares.
----- Tinha dado uma vista de olhos e realmente a execução do exercício anterior não

correspondia à sua confiança, não podia votar favoravelmente esse Orçamento. Esperava que o Senhor Presidente se compreendesse. ----------

----- **Membro Gonçalo Costa Santos (IL)** disse que o Orçamento tinha muito com que discordavam, como por exemplo algum dinheiro gasto em assistencialismo, evitando a disponibilidade de alguns recursos para ajudar quem realmente precisava, em vez de andarem ali num assistencialismo. ----------

----- A moção da transparência aprovada mais de um ano atrás pela Assembleia daria muito jeito na questão dos contratos. Foi essa a intenção da moção da transparência, não se encontrava totalmente executada e era importante que seguissem os trâmites da moção e que esses contratos tivessem uma justificação no site da Junta e perceberem o que se passava com alguns contratos.

----- Havia sinais que assustavam, como por exemplo o contrato no valor de 48 mil euros em saúde e bem-estar animal. Gostariam de ter mais informação sobre esse assunto. Era um contrato em que uma das partes estava riscada, não percebia e gostava de ter mais informação sobre esse contrato, que eram exemplo de coisas que o assustavam e se a emoção da transparência tivesse sido executada não haveria essa dúvida, porque estaria lá plasmado e com certeza que conseguiriam ter acesso a essa informação. ----------

----- Tinham dúvidas relativamente à eficiência e eficácia da execução orçamental, olhando ao que se tinha passado. Parecia haver alguma ineficiência e quanto menos gasto público mais dinheiro disponível existia para aqueles que criavam riqueza, os cidadãos. Era por isso que os países bem geridos eram liberais e os cidadãos nos países liberais viviam melhor. ----------

----- A IL iria abster nesse Orçamento. ----------

----- **O assessor do Senhor Presidente** disse que qualquer mapa que pretendessem, com a autorização do Senhor Presidente, o Executivo estava disponível para enviar. ----------

----- A questão dos custos com pessoal, na realidade aumentaram 353 mil euros, era algum valor importante. ----------

----- Relativamente à questão do balneário, um dos CDCs previa a construção de uma área, que no fundo era uma área comum e não uma casa-de-banho mista, para ter acesso por exemplo a mãe com o filho e não importunar as outras casas-de-banho. ----------

----- Falar sempre nos recibos verdes era uma coisa que o afligia, porque o recibo verde era dar trabalho a alguém. Achava legítimo por parte de qualquer organismo, público ou privado, primeiro perceber se a pessoa se integrava no serviço. Se a pessoa servisse ficaria e não iam perdurar no tempo ou deixar para as calendas a integração do pessoal no quadro. ----------

----- A informação que foi fornecida era de que iriam entrar pessoas para o quadro em 2024, o concurso já abriu e seria explicado quando discutissem o mapa do pessoal, iriam abrir um concurso para o ano outra vez. Estavam num caminho de integração, mas não podia ser qualquer pessoa, era só isso que estava em causa. ----------

----- Quanto à observação dos contratos, havia contratos irregulares, havia contratos ilegais e também havia contratos imorais. Se eram irregulares que se corrigissem as irregularidades, se eram ilegais tinham de comunicar ao Ministério Público. ----------

----- Sobre a eficácia da execução orçamental só queria relevar que o Orçamento não era um cheque em branco, ou o Estado receberia um cheque em branco todos os anos, todos os organismos públicos recebiam um cheque em branco. Tinha de haver um princípio de transparência e de intenção daquilo que se queria fazer, porque na realidade as contas apresentavam-se em abril e aí sim era o palco para discutir o que cada Executivo fazia. Afirmar um cheque em branco, era uma questão de opinião. ----------

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que o parque infantil teria de sair porque o quartel dos bombeiros seria feito em toda aquela extensão. Seria levado para outro lado, os fregueses que viviam ali não iriam ficar sem o parque infantil. ----------
----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** disse que se congratulava com a questão do espaço na piscina, que era uma coisa muito procurada pelos pais que levavam as crianças para praticar desporto. ----------
----- No setor dos recursos humanos era mencionada a colocação de 24 postos de trabalho e gostaria de saber em que categorias eram, porque havia três categorias na administração pública.
----- Relativamente à prestação de serviços, se calhar era um pouco ideologia, mas como já referiram anteriormente era possível fazer um contrato e a pessoa não ficar no quadro. A preocupação era que relativamente a um recibo verde havia sempre precariedade, a pessoa não sabia se no mês a seguir esse contrato era ou não renovado. Na função pública para passar de recibos verdes para o quadro tinha de haver primeiro um contrato. A pessoa e a prolongar no tempo a sua precariedade, tinha recibos verdes, depois tinha de haver um contrato e só depois entrava na função pública, era prolongar no tempo essa não necessidade e era esse acautelamento que o Executivo devia ter. ----------
----- Os recibos verdes foram feitos com um objetivo de questões pontuais, questões de necessidade imediata e não prolongada no tempo. ----------
----- Era referido que não podiam pôr qualquer pessoa no quadro, mas perguntava se as pessoas eram excluídas pela cor ou pelo credo. Havia que ter cuidado como se diziam as coisas e como se descrevia, porque 50 anos atrás só algumas pessoas podiam entrar no quadro da função pública e felizmente esse tempo já passou. ----------
----- **Membro Pedro Bandeira Duarte (CHEGA)** disse que aplaudia a questão dos recibos verdes e uma das formas de entrar para o quadro, em vez de lá andar a martelar, era a meritocracia. Quem era bom, nem as empresas nem os organismos públicos deixariam de seguir pessoas se não fosse pela via da meritocracia e era o melhor caminho para fazer. ----------
----- Tinha ficado curioso de saber qual era a distribuição desse pessoal que iria entrar. Aquando do direito de oposição tinha falado com o Senhor Presidente e fizeram uma queixa relativamente aos empregados da limpeza, que eram poucos. Tinha abordado alguns na rua e perguntado quantos eram e o que faziam, inteirar dos problemas para não falar de cor. O assessor do Senhor Presidente tinha dito que iria entrar 59 funcionários e o que perguntava era quantos iriam entrar para a limpeza. ----------
----- Era difícil encontrar funcionários para esse tipo de atividades e daí a tal questão da necessidade que tinham da imigração, pessoas que viessem para trabalhar eram bem-vindas e não tinha nada a ver com cor, eram pessoas que quisessem trabalhar e quisessem respeitar o dinheiro que recebiam.----------
----- Perguntou quanto recebia um funcionário desses a recibo verde e quantos estariam previstos para entrar. O Orçamento com despesas de pessoal estava altíssimo, ultrapassava os 50%. Lembrava-se que no primeiro direito de oposição o senhor Presidente lhe tinha dito que qualquer Orçamento com mais de 50% de despesas com pessoal era uma ruína total, mas todos os anos o Senhor Presidente aumentava o quadro de pessoal e já iam nos 60 ou 70%. ----------
----- **Membro Gonçalo Costa Santos (IL)** recordou que tinha feito uma questão concreta em relação a um contrato no valor de 48 mil euros em saúde e bem-estar animal. Gostaria de ter mais alguma informação sobre isso. O que o assessor do Senhor Presidente dissera foi que havia contratos ilegais e outros com irregularidades e isso sabia, a avaliação que estava a fazer era

política. Até seria uma obrigação se viam que tinha alguma coisa ilegal, fazer a denúncia no Ministério Público ou à Polícia Judiciária, mas nem sequer estava a entrar em questões dessas. -
----- Era uma avaliação política e não conseguia perceber como se fazia um contrato a cerca de dois mil euros por mês em saúde e bem-estar animal. Gostaria de saber quem era a pessoa, o que fazia, qual era o objetivo do contrato. ----------
----- Era por essas e por outras que queriam que a questão da moção da transparência fosse totalmente executada, para esses contratos estarem todos plasmados no site da Junta de Freguesia com a relação custo/benefício e saber por que se faziam esses contratos. Por isso voltava a perguntar, porque gostaria de ter mais alguma informação.----------
----- **Membro Américo Vitorino (PSD)** disse que queria intervir sobre uma questão em particular e que tinha a ver com aquilo que o PCP referiu. Percebia e simpatizava até com a preocupação que o PCP apresentava sobre a instabilidade no mercado, era salutar e normal que o PCP a tivesse, mas também era uma preocupação da Junta de Freguesia e que todos tinham. --
----- Os contratos a termo certo tinham um enquadramento legal específico, a três ou seis meses não deixava de ser um período de experiência. Tanto os recibos verdes como os contratos a termo certo tinham essa componente, os recibos verdes tinham uma moldura legal diferente. Desde que fosse respeitada a moldura não podiam substituir um por outro apenas porque tinha um enquadramento diferente.----------
----- Era importante a preocupação com a segurança dos trabalhadores e o Executivo partilhava essa preocupação, era uma preocupação de todos, não podiam era depois confundir isso. Os critérios que foram transmitidos pelo Executivo não tinham nada a ver com questões de raça ou credo, idade, orientação sexual, nada disso. Apenas tinha a ver com a avaliação que o Executivo devia fazer sobre a compatibilidade e enquadramento dessa pessoa com a função em concreto e com o desempenho da mesma.----------
----- Não tinha nada a ver com isso, era uma coisa inadmissível e só queria deixar claro, tinha pedido a intervenção porque lhe parecia importante não ficar uma ideia completamente diferente. Estavam no enquadramento devido nos termos da Lei e seriam avaliados dentro dos contornos legais do Código de Trabalho, não havia outra forma, cumprir aquilo que tinham de cumprir. ---
----- As Juntas de Freguesia não eram muito propriamente onde havia esses problemas, poderiam encontrar noutras áreas, comércio e outras, onde isso era mais preocupante. ----------
----- O Executivo daria os esclarecimentos às questões que fossem levantadas e apenas queria salientar o voto de confiança que estava a ser transmitido pelo PCP, pelo PS, pela IL, sobre o Orçamento. Obviamente que qualquer um dos partidos faria um Orçamento diferente, mas o que foi transmitido e queria agradecer porque a abstenção era a viabilização do mesmo. Apresentaram e bem alguns pontos de discordância, mas frisaram que isso não inviabilizava o trabalho do Executivo. Apresentavam as discordâncias que tinham e era assim que devia ser.----------
----- Também tinha a clara sensação de que o Executivo ao longo do mandato procuraria ir ao encontro das preocupações que fossem apresentadas. ----------
----- Em relação àquilo que foi transmitido pelo Partido CHEGA, o Orçamento era tudo menos um cheque em branco. Um cheque em branco era fazer tudo o que se pretendia, o Orçamento era tudo menos isso, tinha metas, afetações financeiras, um documento com regras legais a serem cumpridos e foi bem explicado tecnicamente para onde iam. Havia um entendimento do caminho que deviam seguir e era tudo menos um cheque em branco. ----------
----- Isso tinha que ser salientado, o Orçamento era uma coisa completamente diferente, fosse numa freguesia, no governo, numa associação ou numa empresa. O Orçamento indicava um

caminho e orçamentava-se com estimativas, em que aí havia flexibilidade e por isso eram estimativas. ----------
----- Não podiam estar a aprovar um documento com essa importância e dizer que era um cheque em branco. Era um instrumento básico de gestão em qualquer entidade. ----------
----- Falou-se na prestação de contas e era uma coisa diferente, era uma viabilização, uma coisa que o Partido Socialista também fazia no Executivo da Câmara Municipal, com discordâncias em relação ao Executivo da Câmara Municipal e tinha vindo a viabilizar os mesmos para a governação da cidade. Nesse caso era para viabilizar a governação da Junta de Freguesia de Avenidas Novas. ----------
----- Isso não viabilizava em nada as discordâncias, queriam que algo fosse tido em consideração e acreditava que havia da parte do Executivo a flexibilidade para enquadrar. Mesmo na questão dos recursos humanos, era dar tempo ao tempo, contabilizar as pessoas para o objetivo da Junta de Freguesia, procurando não desequilibrar as coisas. ----------
----- Os orçamentos que gastavam muito valor em recursos humanos ficavam limitados na capacidade de fazer outro tipo de intervenção. ----------
----- **O assessor do senhor Presidente** disse que sobre a questão de não entrarem aqueles que deviam entrar, era extremamente claro que isso iria ser debatido no próximo ponto, como as pessoas entravam para o quadro. ----------
----- Era do conhecimento geral que havia um descritivo genérico, havia um descritivo funcional específico que antes não existia, foi o trabalho de um ano. As pessoas iam entrar no quadro com base no preenchimento dessas duas premissas, de acordo depois com a hierarquia dos resultados. Cumpriam dentro de cada carreira o descritivo funcional genérico e cumpriam dentro de cada função o descritivo funcional específico, não mais que isso. Não havia género, cor, raça, que não fazia qualquer sentido. ----------
----- Pensava que nunca tinha sido referida entrada de 57, o que foi dito era que no dia 3 de janeiro a higiene urbana teria pela primeira vez a equipa completa, entre os 55 e os 57. Muitos deles já estavam selecionados e apresentavam-se no dia 3 de janeiro. Pela primeira vez a higiene urbana iria ter a equipa completa, coisa que nunca conseguiu até aí, porque o pessoal às vezes ia e não se adaptava. Isso era um processo construído. ----------
----- Recordava que no início de 2023 a higiene urbana era composta por 37 pessoas, todo esse trabalho foi desenvolvido ao longo de um ano e nesse momento tinham um quadro estável, com uma equipa estável.----------
----- Relativamente à pergunta reiterada sobre a questão do contrato, poderia personificar como a pessoa que construía o Orçamento e discutia a disponibilidade das verbas com cada elemento do Executivo. Não podia ser e não devia ser a pessoa responsável pela área financeira a discutir sobre a bondade ou a necessidade das contratações que foram propostas. Isso dependia de cada pelouro.----------
----- **O Senhor Secretário do Executivo**, relativamente à questão colocada pelo Membro Gonçalo Costa Santos, disse que o contrato tinha um valor de 48 mil euros a que correspondiam dois mil euros mensais, uma vez que o mesmo era para 24 meses. ----------
----- O objeto do contrato, que foi celebrado na sequência de uma consulta prévia, era para a gestão técnica em várias áreas e a principal era a do bem-estar animal, mas também tinham área do recenseamento eleitoral e dos atestados, a eficiência energética e a defesa do consumidor. Todas essas áreas estavam a ser desde o dia 3 de novembro desenvolvidas no âmbito desse contrato. ----------

----- O contrato, com toda a transparência, estava acessível diretamente na base.gov, mas no site da Junta havia um descritor que falava em "transparência", clicando uma vez iam para "contratos em vigor", clicando outra vez estavam todos os contratos que legalmente tinham obrigação de estar publicados no portal base.gov. Estavam as moradas e os dados pessoais das pessoas, o nome constava e muito bem, era um contrato como outro qualquer. ----------
----- Ao abrigo da consulta prévia foi a pessoa que melhor se coordenou aos propósitos dessa prestação e estavam certos de que poderiam contar com uma pessoa altamente qualificada para essas funções. ----------
----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Orçamento para 2024 - Proposta nº 209/PRES/2023**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (PSD, CDS-PP e BE), 1 voto contra (CHEGA) e 8 abstenções (PS, IL e CDU) ----------
----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** fez a seguinte declaração de voto:----------
----- *"O Orçamento e as Grandes Opções do Plano são documentos essenciais à vida da Freguesia e dos fregueses e devem ser analisados com o máximo rigor e responsabilidade. Vimos neste documento uma melhoria na informação prestada, em relação aos orçamentos apresentados anteriormente.* ----------
----- *No documento apresentado não se verificam algumas preocupações dos nossos fregueses. Destacamos algumas ausências preocupantes, tais como qualquer referência ao problema habitacional e concretamente da GEBALIS, com a falta de inspeção periódica, as obras de conservação necessárias aos espaços habitacionais e aos espaços que estão sob a sua gestão. -*
----- *Na área da segurança não verificamos qualquer referência à necessidade de reabertura da 31ª Esquadra da PSP.* ----------
----- *No plano da saúde não vimos referência às dificuldades que os fregueses sentiam no acesso aos centros de saúde por se encontrarem longe, nem a necessidade de reivindicação da mudança desta realidade junto do Governo central.* ----------
----- *Não vemos um empenhamento de uma agenda desportiva e de lazer que inclua todas as comunidades, nem um apoio concreto ao movimento associativo que dá vida à Freguesia, proporcionando qualidade de vida à população.* ----------
----- *Continuam sem data prevista de início as obras de melhoramento do Mercado do Bairro de Santos, reivindicadas há muito pelos utilizadores e comerciantes.* ----------
----- *Na área da educação, o reforço e melhoramento das condições das escolas do primeiro ciclo sob responsabilidade da Junta não vão ao encontro das expetativas dos alunos e pais.* ----
----- *A mobilidade na Freguesia continua sem ter uma estratégia por parte do Executivo.* --------
----- *A necessidade de recrutamento e aumento do quadro de pessoal face à realidade da Freguesia não é concretizada no documento, de acordo com as nossas perspetivas, verificando-se sim um aumento das prestações de serviços.* ----------
----- *O Executivo assume que o valor dos CDCs era insuficiente. No entanto, o documento não apresentava uma visão de futuro para que essa situação fosse alterada.* ----------
----- *Embora o documento contenha algumas medidas relevantes, são insuficientes face às necessidades concretas da população.* ----------
----- *No ano em que se comemoram os 50 anos do 25 de Abril o Executivo nada refere no Orçamento sobre este acontecimento maior da nossa democracia.* ----------
----- *O Orçamento que é apresentado não nos afigura essa visão, com um valor de 7.086.798 são opções políticas de quem as apresenta. Neste caso não concordamos com as opções. No*

entanto, a população das Avenidas Novas elegeu e decidiu que quem deve dirigir e gerir o destino da Freguesia é os "Novos Tempos", PSD e CDS e decidirá quando tiver essa oportunidade, analisar as opções apresentadas. ----------
----- *Pelas razões apresentadas o PCP e a CDU abstêm-se no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano."* ----------
----- (Neste momento foram interrompidos os trabalhos)----------
----- Retomada a reunião, entrou-se no ponto 5. ----------
----- **Ponto 5 - Apreciação, debate e deliberação sobre o Mapa de Pessoal 2024 - Proposta nº 208/PRES/2023** *(ANEXO 12)*; ----------
----- **O Senhor Presidente de Junta** disse que estava presente a pessoa à frente dos recursos humanos da Junta e era ela que iria explicar esse ponto, a Doutora Soraia. ----------
----- **Doutora Soraia** disse que o mapa de pessoal previsto para 2024 tinha o seu enquadramento nessa primeira apresentação, indicava o número do perfil de recursos humanos necessários, assegurar a missão e as atividades da Junta de Freguesia no ciclo de gestão, no ano em questão.
----- Gerir pessoas não significava garantir só atividades ou tarefas administrativas. A verdadeira gestão previsional dos postos de trabalho e das competências, que aliada a uma organização mais eficaz do tempo e do trabalho permitia à organização funcionar com eficiência e eficácia e ao mesmo tempo valorizar as pessoas que nela trabalhavam, criando oportunidade para as motivações e o desenvolvimento individual. ----------
----- O ajustamento efetuado das pessoas aos postos de trabalho deveu-se ao trabalho desenvolvido com sucesso durante o decorrer do ano 2023 pelo setor dos recursos humanos, onde elaboraram a definição das descrições funcionais de todos os postos de trabalho. Deveriam ter recebido juntamente com o Excel, que já era diferente de 2023, o descritivo funcional onde podiam ver o que cada pessoa realizava dentro de cada posto de trabalho. ----------
----- Tinham os parâmetros da atualização, o número máximo de postos de trabalho vagos e a sua diferença face ao ano anterior assentava nos seguintes e principais parâmetros de atualização: --
----- Um aumento de postos de trabalho vagos para dar resposta à política de investimento de recursos humanos, assente na qualidade e na estabilidade do emprego da autarquia. Com a proposta de abertura de procedimentos concursais, o alargamento das vagas dos concursos abertos e que iriam abrir, com a integração dos trabalhadores sem vínculo adequado no mapa do pessoal e através da mobilidade de trabalhadores de outros organismos. ----------
----- Tinham também o parâmetro da manutenção dos postos de trabalho cativos do Mapa de Pessoal da autarquia que se encontravam em mobilidade noutros organismos e que ainda não consolidaram, teriam de estar cativos enquanto isso não acontecesse. ----------
----- Havia a extinção dos postos de trabalho resultante de aposentações, licenças sem vencimento com duração superior a três anos, consolidações de mobilidade dos trabalhadores noutros organismos ou entidades, falecimentos, demissões e inclusive rescisões de contratos de trabalho em funções públicas de trabalhadores da Junta.----------
----- O planeamento para 2024 era a abertura de processos de recrutamento cuja finalidade seria colmatar as necessidades dos serviços com trabalhadores oriundos de outras entidades, mobilidades, novos procedimentos concursais para colmatar as necessidades identificadas, 24 postos de trabalho a ocupar por procedimentos concursais que tinham aberto em 2023.----------
----- Tinha havido um eleito que questionou quais eram os 24 postos de trabalho. Foram abertos e publicados em Diário da República e na bolsa de emprego público onze procedimentos concursais comuns, dos quais dois técnicos superiores, seis assistentes técnicos e dezasseis

assistentes operacionais. Se olhassem para o Excel que acompanhava o mapa de pessoal poderiam encontrar os setores aos quais se destinavam os postos de trabalho.----------
----- Havia 20 postos de trabalho a ocupar por procedimentos concursais comuns, a abrir no decorrer do ano 2024. ----------
----- Fez-se um pequeno gráfico comparativo entre os previstos, ocupados, os cativos e os vagos. O amarelo era o ano 2023, o verde era até junho de 2024, que era o que medianamente demorava um procedimento concursal a concluir até ser ocupado o posto de trabalho a concurso, até dezembro de 2024 era a coluna azul. Mantinham os cativos, até porque isso iria alterando consoante houvesse ou não consolidação de mobilidades de colegas que estavam fora noutras entidades. Os vagos iam diminuindo consoante fossem sendo abertos os procedimentos concursais e concluídos com a ocupação do posto de trabalho. ----------
----- Aquilo que pagavam às prestações de serviço que tinham na Junta de Freguesia, um assistente operacional ou alguém que prestava serviço na higiene urbana ganhava o ordenado mínimo na função pública para quem trabalhava no turno do dia. Quem trabalhava no turno da noite tinha um acréscimo de 50 e tal euros.----------
----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** disse que a diferença entre uma prestação de serviços e um contrato era a segurança do trabalhador e aí não houvesse dúvidas, gostava que essa diferença ficasse bem clara. ----------
----- Em relação concretamente ao Mapa de Pessoal apresentado gostava de pegar nos pontos 5 e 6, em que o Executivo referia a sua justificação e a importância de uma estratégia, mas como iria referir a seguir consideravam que ela não existia. Aliás, aliar essa estratégia a uma organização eficiente, mas que permitissem uma expressão popular, "não se fazem omeletes sem ovos", com trabalhadores em vínculo precário. ----------
----- Pretendiam valorizar as pessoas, mas mais uma vez os vínculos continuavam a ser precários. Um exemplo prático era que estava prevista uma prestação de serviços para a poda das árvores e era recorrente, fazia-se no inverno e no verão, mas esse trabalhador podia fazer outra coisa qualquer, estava dentro das funções e não havia necessidade de uma prestação de serviços.------
----- Uma premissa muito conhecida do PCP e não só era para um posto de trabalho efetivo um contrato de trabalho efetivo. ----------
----- À hora que estavam a debater o Mapa de Pessoal os trabalhadores da piscina com contratos precários trabalharam mais de seis horas. Ao contrário do que era afirmado pelo Executivo, que referia trabalharem pouco tempo, seis horas de trabalho já mereciam um contrato. Não seriam todos os trabalhadores que tinham essa condição, mas com certeza que alguns se sentiriam gratos pela oportunidade de deixarem de ser precários e poderem ter um contrato de trabalho efetivo. -
----- Na higiene urbana já foi falado que iria haver um reforço, mas considerava que esse reforço não era significativo para a dimensão da Freguesia e para as necessidades da população. ---------
----- O Mapa de Pessoal apresentado já sofreu várias alterações. Dois anos atrás tinham 159, depois 122, 129, 141 e agora estavam nos 153, mas eram valores que consideravam abaixo da realidade da Freguesia. Continuavam-se a prever lugares no mapa e eles continuavam vazios.---
----- Tinham conhecimento de haver pelo menos 81 avençados e gostaria que essa situação fosse revertida em lugares no Mapa de Pessoal ou em lugares efetivos. ----------
----- Esse Mapa de Pessoal era uma demonstração de que o Executivo não queria combater a precariedade, aumentando o número de avençados. Nessa condição não contassem com o PCP, mas tendo em conta que existiam trabalhadores que poderiam ver a sua situação resolvida iria abster nesse ponto.----------

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que se iam repetindo nessas matérias. Recordava que no início do mandato pelo atual Executivo foram feitas várias críticas ao Executivo anterior, que tinha 159 pessoas no quadro que referiram que era um excesso e isso revelava ineficiência. Chegaram aos 153 e estabilizaram agora. ----------
----- A Junta era uma prestação de serviços e a prestação de serviço era realizada por pessoas. Claro que podiam aumentar a eficiência, até podiam se calhar fazer alguma digitalização, mas tinham de ter pessoas. Não podiam queixar de não haver higiene urbana e depois não ter pessoas, não podiam queixar de não haver assistência aos fregueses e depois não ter pessoas. Teriam de as ter, motivadas e avaliadas, retirar os que não provavam e meter novos, obviamente que tudo isso percebiam, mas teriam que continuar nessa senda de reduzir a precariedade e procurar continuar com a motivação dos trabalhadores, melhorar os salários sempre que possível e sempre que o Orçamento o permitisse. ----------
----- Nesse sentido iriam votar favoravelmente o Mapa de Pessoal. ----------
----- **Doutora Soraia** disse que a prestação de serviços era um mecanismo legal que a administração pública dispunha para rapidamente colocar uma pessoa a trabalhar. Tentava-se na medida do possível, porque tinha a ver com questões orçamentais, que quem desempenhava igual trabalho igual salário. Quem estava com contrato de prestação de serviços recebia exatamente o mesmo daquele que estava no quadro. ----------
----- Um concurso público, independente de ser para um contrato a termo, contrato a tempo indeterminado, a termo certo ou a termo incerto, qualquer um deles obrigava a uma série de trabalho e despesas. Era necessário publicar em Diário da República, abrir o concurso, analisar candidaturas, designar júris, tudo isso levava no mínimo seis meses. ----------
----- Se havia necessidade de uma pessoa para desempenhar as funções iam demorar seis meses a contratar essa pessoa para o quadro, o mecanismo que a Lei previa exatamente para isso era rapidamente contratar uma pessoa com competência a recibos verdes ou contrato de prestação de serviço para colmatar essa necessidade. Obviamente que a ideia não era manter as pessoas *ad eternum*. ----------
----- Relativamente às prestações de serviço da piscina, os professores da piscina, 98% não estavam interessados em entrar para o quadro da função pública. Eles davam duas ou três horas por dia e depois iam para um ginásio dar mais umas horas, iam para outra piscina dar mais umas horas. Não era pelo Executivo não colocar, eram aquelas pessoas que não queriam porque não lhes interessava. A partir do momento em que se assinava um contrato na função pública havia o dever de exclusividade e para poderem fazer a acumulação de funções públicas com funções privadas as mesmas não podiam ser coincidentes. Um professor de natação que estivesse no Mapa de Pessoal não podia dar aulas no ginásio ou dar aulas de natação noutra piscina qualquer porque não era legal, sob pena de abrir um processo disciplinar e acabar num despedimento. ----
----- Desde a primeira alteração ao Mapa de Pessoal de 2023 mantinham-se os 153. Foi um compromisso assumido na altura pelo Senhor Presidente e pelo restante Executivo com os eleitos na Assembleia de Freguesia e era isso que tinham tentado fazer. ----------
----- Relativamente à higiene urbana, só quem de facto lidava com o pessoal a trabalhar na higiene urbana conseguia compreender a rotatividade que ali existia. Trabalhar à noite não era fácil, nunca tinha feito, mas não seria fácil, enquanto uns estavam a dormir outros estavam a trabalhar. Com o frio e andarem a lavar ruas não devia ser fácil, os que trabalhavam de dia também não devia ser fácil. Muitos deles ao fim do primeiro mês de trabalho simplesmente desapareciam, nem sequer chegavam a rescindir contrato nem informar nada. Era o setor de recursos humanos

que telefonava para eles, por não aparecerem e tentar saber o que se passava. Respondiam que as botas aleijavam, que não era feito para trabalhar à noite, cansava muito e tinha muito sono, etc.
----- Tentava-se na medida do possível, dentro daquilo que a Lei e o Orçamento permitiam, porque todos tinham consciência do peso que eram os recursos humanos no Orçamento da Junta. Tentava-se aproveitar ao máximo possível aquilo que existia para as necessidades que eram reconhecidas. ----------
----- Por exemplo um facto consumado com cerca de três ou quatro meses, queriam colocar uma das varredoras a funcionar e acontecia que mesmo a recibos verdes, mesmo a pagar 2500 euros não se arranjava ninguém para ir conduzir a varredora, porque era necessária uma pessoa com carta de condução de pesados e CAM para poder conduzir a varredora. Aconteceu um milagre, não sabia porquê, um senhor que apareceu na Junta com carta de pesados disposto a conduzir a varredora por um preço muitíssimo inferior. Claro que aquele senhor não ganhava o mesmo que o cantoneiro, mas não era por ser mais pessoa ou por ter mais direitos que outro. A responsabilidade que ele tinha quando andava com um veículo pesado em pleno centro de Lisboa, em zonas movimentadas, obviamente que essa pessoa tinha de receber um valor superior. -------
----- Nunca tomaram como posição exigida que a pessoa fosse branca, preta, gorda, magra, pequena, grande. A pessoa queria trabalhar e aceitava o que lhe podiam pagar, porque não podiam esquecer que todos gostavam de ganhar mais do que aquilo que ganhavam, mas independentemente de o Senhor Presidente concordar e do Executivo concordar a Lei era clara e a função pública tinha uma tabela remuneratória única. Só passavam a ganhar mais quando obrigatoriamente tinham aquela quantidade de pontos para poder subir ao escalão seguinte, não era por o Senhor Presidente achar que eram bonitos ou feios, ou se trabalhavam bem ou mal. ---
----- Não era fácil aumentar vencimentos, não era fácil contratar pessoas. Na higiene urbana a única coisa que pediam era que as pessoas vestissem a camisola, que dessem o corpo ao manifesto, que trabalhassem e fossem assíduos, que quando precisavam de faltar por qualquer motivo, independentemente do que fosse, que avisassem porque as equipas estavam constituídas e tinham um serviço designado, o planeamento estava feito e faltando duas pessoas não iria ser cumprido. ----------
----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** disse que não podiam estar mais de acordo em que os funcionários públicos eram mal pagos para aquilo que desempenhavam. A progressão na carreira tinha a ver com o desempenho nas funções no quadro ou do contrato, tinha os pontos do SIADAP, se uma pessoa estivesse a recibos verdes não era avaliada e não progredia, não acumulava pontos e nunca conseguia subir. Parecia que estavam todos em sintonia relativamente a essa questão.----------
----- Sabia-se que na higiene urbana existia muita rotatividade, era um trabalho penoso e mal pago, dificultava a contratação, mas se considerassem a possibilidade da pessoa ter um a termo certo ou incerto, dependendo das necessidades, com certeza que a pessoa andaria mais motivada.

----- Foi dito que era mais fácil fazer uma prestação de serviços por ser mais rápido, ninguém dizia o contrário, mas tornando isso norma aumentava-se a precariedade. Sabia-se que um concurso na função pública era moroso e se houvesse reclamações ainda mais moroso era, por vezes podia chegar aos dois anos, mas se nunca o fizessem nunca iriam resolver o problema. ---
----- Nem todos os trabalhadores da piscina teriam o tal contrato, mas perguntassem-lhes. Deixava esse repto e se calhar iam ter algumas agradáveis surpresas.----------
----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu

à votação **o Mapa de Pessoal 2024 - Proposta nº 208/PRES/2023**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP e BE), 3 votos contra (IL e CHEGA) e 1 abstenção (CDU). ----------

----- **Ponto 6 - Apreciação, debate e deliberação sobre a celebração de Protocolo de Colaboração com Animal Life - Proposta nº 199/PRES/2023** *(ANEXO 13)*; ----------

----- **A Senhora Tesoureira do Executivo** disse que passava a ler uma explicação que a coordenadora da ação social enviou, porque não podia estar presente:----------

----- *"A relação com esta associação iniciou-se em meados de 2023 pela necessidade de intervenção em situações de abandono temporário de animais de estimação e necessidade urgente da integração dos mesmos em famílias de acolhimento temporário, por motivos de internamento hospitalar dos seus cuidadores ou tutores, ou a necessidade de intervenção em pragas na habitação.* ----------

----- *Desenvolvemos uma parceria informal com a Animal Life, contando com a sua intervenção em diversas situações, tendo desta forma surgido a proposta de parceria formal através da celebração do protocolo de colaboração que ao tomarmos conhecimento da abrangência da intervenção da associação nos pareceu de total relevância. O apoio social prestado pela JFAN através deste protocolo estaria integrado nos apoios sociais já disponibilizados pela JFAN e a tramitação do processo de apoio prevê-se da mesma forma.* ----------

----- *Os beneficiários passam por uma avaliação de elegibilidade para o apoio, nomeadamente a avaliação de vulnerabilidade social e carência económica comprovada por parte da ação social. No sentido da não perpetuação deste apoio, os beneficiários assinam uma declaração de compromisso de não adoção de mais animais de estimação. Este apoio tem a duração de 12 meses, renovável por períodos iguais mediante nova avaliação por parte da ação social.* --------

----- *Comprovada a elegibilidade, a proposta de integração no apoio será submetida à deliberação em reunião de Executivo e, em caso de deferimento, o beneficiário passa a usufruir de resposta a nível das necessidades alimentares, consultas, vacinação contra doenças infetocontagiosas, identificação eletrónica, desparasitação ou esterilização dos respetivos animais de companhia.* ----------

----- *Em casos urgentes, prevê ainda a realização de cirurgias interno e externo. Prevê-se ainda que os cuidados médicos ou veterinários sejam feitos no domicílio sempre que a concreta realidade do tutor o justifique, acautelando-se ainda a eficiência do projeto, designadamente quando os tutores, fruto da idade ou patologia, tenham a sua mobilidade comprometida.* --------

----- *Para todos os outros casos, os serviços serão prestados no antigo gabinete de enfermagem da JFAN, sito na Rua Marciano Henrique da Silva, no Bairro do Rego.* ----------

----- *De referir que a Animal Life tem a decorrer um protocolo com a CML que prevê a irradiação de animais abandonados na rua através da esterilização dos mesmos.* ----------

-----*Tendo em conta que cada vez mais os animais domésticos fazem parte das famílias portuguesas e as Avenidas Novas fazem parte desta tendência, é de todo o interesse público que a JFAN apoie estas iniciativas.* ----------

----- *Este apoio é fundamental para as famílias carenciadas da nossa Freguesia, para que o número de animais abandonados não aumente e os mesmos continuem a fazer parte dos lares das nossas famílias."*----------

----- **O Senhor Secretário do Executivo** disse que esse apoio era de 3000 euros durante doze meses, correspondia a 250 euros por cada um dos meses. Essa entidade tinha um protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa de 45.000 euros. Sete das 24 freguesias aderiram, tal como o

fariam se assim fosse entendido pela Assembleia.----------
----- O objeto desses protocolos com as Freguesias era complementar face àquilo que existia da Câmara Municipal de Lisboa. Era fechar em termos de rede a resposta a essa situação que ficava problemática. Que tinha a ver com o bem-estar animal e também com a própria saúde das pessoas, uma vez que estavam a falar de pessoas frágeis e vulneráveis e que muitas vezes não tinham condições para responder eficazmente a essa necessidade dos seus próprios animais de companhia.----------
----- **Membro Pedro Bandeira Duarte (CHEGA)** disse que esse contrato era de uma amoralidade extraordinária. Infelizmente ainda havia alguma pobreza, ia havendo uns apoios financeiros para as pessoas que tinham pensões de reforma baixíssimas e não queria misturar uma coisa com a outra, mas isso era de uma amoralidade extraordinária. ----------
----- Quem tinha bichos teria de possuir capacidade para os ter. Se fosse para famílias carenciadas por causa do filho, roupa e isso, conseguia compreender. ----------
----- Eram essas empresas que viviam em contratos com a Câmara e com as Juntas, achava uma situação absolutamente inacreditável. Chegara até a pensar numa leitura política disso, porque as coisas todas tinham uma leitura política. Como o PAN não conseguiu eleger ninguém na Freguesia, era uma forma de continuar a não eleger ninguém e conseguirem atrair os eleitores do PAN.----------
----- Era uma amoralidade extraordinária essa coisa.----------
----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** disse que, ao contrário do seu antecessor, o bem-estar animal era uma coisa que os preocupava muito e que era relevante para o bem-estar das pessoas, concretamente das pessoas mais idosas, a quem a companhia de um animal lhes levava vida e saúde. No entanto, queria colocar algumas questões relativamente ao protocolo apresentado. ----------
----- Foi referido um espaço, não sabia se era o espaço que estava previsto para o protocolo, onde seria instalado o gabinete. Não sabia quem iria providenciar a viatura que era referida no protocolo para as deslocações.----------
----- Verificava-se que havia vários parceiros além da Junta de Freguesia, se o protocolo fosse aprovado, que forneciam materiais para o atendimento profilático. No entanto, os materiais esgotavam-se e queria saber se havia alguma complementaridade por parte da Junta. ----------
----- A associação era conhecida, mas a ser feito o pagamento numa única tranche e sem ver o resultado, se calhar pensar no futuro esse tipo de pagamento ser em duas tranches com a apresentação de um relatório, porque o pagamento só numa tranche poderia causar alguns constrangimentos. ----------
----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que essa proposta merecia algumas reservas, não quanto aos objetivos, mas na avaliação dos custos. Tal como falou o Membro João Meira dos Santos, a única coisa que sabiam era que daria um apoio financeiro de 3000 euros como complemento ao valor atribuído pela Câmara Municipal de Lisboa, abrangendo no máximo 100 animais, mas sem ser claro se esse valor cobria todos os outros serviços prestados. Por exemplo referia-se a ração animal, referia-se a cirurgias, saber se isso estava tudo incluído nos 3000 euros, se era uma responsabilidade da Animal Life. Não estava claro no protocolo e gostavam de ser esclarecidos sobre essa matéria. ----------
----- Referia-se um espaço no anexo 1 e era saber se tinham já o espaço ou iam alugar, sendo um custo adicional do projeto. Já tinha sido respondido que seria utilizado um espaço da Junta e perguntava se era aquele que estava no primeiro andar do mercado. ----------

----- Foi esclarecido que a viatura não seria a da Junta, também estava a locação de uma viatura para as deslocações. ----------
----- A última questão era saber como isso seria articulado com a função do bem-estar animal, que pelo contrato que viam referia apenas uma função e o Doutor Athayde referiu agora que tinha outras funções. Era um contrato que custaria 30 mil euros por ano, porque ainda tinham os 23% do IVA, e queriam saber como era articulada essa função com o protocolo. ----------
----- **O Senhor Secretário do Executivo** disse que não era um contrato de prestação de serviços, era um apoio que estavam a dar a uma associação sem fins lucrativos. Os 250 euros mensais pagos à cabeça, o reporte era feito trimestralmente, havia uma contraprestação que tinha a ver com a sinalização de utentes, com os atendimentos que eram realizados, com visitas domiciliárias, com atos médico-veterinários, com desparasitação, identificações eletrónicas em casos pontuais, os registos no SIAC. Tudo isso estava incluído nos 3000 euros, consultas e inclusivamente cirurgias, bem como exames e ações de formação que também estavam incluídas, de sensibilização e fornecimento de ração às pessoas carenciadas. ----------
----- Tudo isso fazia parte da prestação, eram os serviços e benefícios que a associação prestava à população. Para que esse trabalho fosse desenvolvido, que se fosse o caso e reconhecendo o mérito, a Junta dispunha-se a atribuir-lhe um apoio financeiro. Obviamente que havia algo contratualizado, havia um deve e um haver que nada tinha a ver com o que falaram sobre o contrato de prestação de serviços. Eram coisas completamente diferentes.----------
----- Havia componente forte de ação social, era na perspetiva daqueles que mais precisavam em função de carências económicas e continuava a ser bem-estar animal nesse sentido, apoiando aqueles que mais precisavam.----------
----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Celebração de Protocolo de Colaboração com Animal Life - Proposta nº 199/PRES/2023**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (PSD, CDS-PP, CDU e BE), 3 votos contra (IL e CHEGA) e 5 abstenções (PS). ----------
----- **Ponto 7 - Apreciação, debate e deliberação sobre a Proposta final do Regulamento Geral de Taxas e Preços da Freguesia de Avenidas Novas e respetiva tabela anexa - Proposta nº 200/PRES/2023** *(ANEXO 14)*;----------
----- **Vogal do Executivo Jorge Barata** disse que na alteração das taxas em relação ao desporto tiveram o cuidado de avaliar todos os equipamentos que circundavam em outras Freguesias, para não caírem na asneira de estar a aumentar os custos dessas estruturas. Certo era que essas taxas estavam completamente desatualizadas, não fazia sentido terem um ginásio a preço de ginásios privados, a um custo elevadíssimo e com menos condições. Estava-se a perder utentes por esse custo elevado. ----------
----- Também passava pelo cariz social e todas as pessoas usufruírem do espaço. Tiveram o cuidado de um preço que fizesse chegar a todos. ----------
----- No caso da piscina tiveram também de fazer umas atualizações de taxas, tendo em conta o aumento dos custos de água, de luz, do gás. Essas taxas não eram atualizadas já há algum tempo e foi nesse sentido que se fizeram as atualizações em relação às estruturas do desporto. ----------
----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta final do Regulamento Geral de Taxas e Preços da Freguesia de Avenidas Novas e respetiva tabela anexa - Proposta nº 200/PRES/2023**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 7 votos a favor (PSD, CDS-PP e CHEGA) e 9 abstenções (PS, IL, BE e CDU). ----------

----- Continuando, disse que a Assembleia de Freguesia foi possível nesse espaço graças a um trabalho conjunto entre a sua pessoa e a pessoa que tinha assessorado a Assembleia de Freguesia, a Rute Rocha, a quem queria agradecer o trabalho que teve no contacto com a Ordem dos Contabilistas Certificados para garantir a sala. Mais ainda dar-lhe os parabéns, uma vez que fez anos na semana passada.----------
----- Uma palavra muito especial para os Senhores Eleitos, para o público presente e para todos os funcionários e colaboradores da Junta de Freguesia de Avenidas Novas. Em nome da Assembleia de Freguesia desejar a todos um Santo Natal, que o ano 2024 trouxesse muito sucesso profissional e pessoal a todos. ----------
----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era exatamente isso que queria dizer. Fazia suas as palavras do Senhor Presidente da Mesa e queria agradecer a todos, aos funcionários que estavam presentes pelo trabalho que todos tiveram, a todos os Membros eleitos pela forma cívica com que decorreu a Assembleia, uma palavra especial para os dois elementos novos do PSD, pela forma brilhante, calma, tranquila, como trabalharam na Assembleia. Não levassem a mal, mas queria dar os parabéns em especial, foram impecáveis, souberam conduzir a Assembleia com dignidade, calma e tranquilidade. ----------
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Ata em minuta** *(ANEXO 15)* relativa à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.----------
----- Deu por encerrada a reunião. Eram vinte e três horas e vinte e cinco minutos. ----------
----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. ----------
---

1.º SECRETÁRIO _____

2.º SECRETÁRIO _____

O PRESIDENTE _____

Composto por 39 págs. e 15 anexos.

ANEXOS

1. Convocatória.
2. Folha de Presenças.
3. Pedidos de substituição.
4. Moção CDU *"Mais e Melhor Comércio no Bairro"*.
5. Recomendação CDU *"Mais e Melhor Ambiente 3R — Reduzir, Reciclar, Reutilizar"*.
6. Moção CDU *"Alargar o serviço de bicicletas GIRA ao Bairro Santos"*.
7. Recomendação PS *"Contrato interadministrativo de Delegação de Competências e de Cooperação entre a CML e a JFAN, aprovado na sessão de 26 de maio desta Assembleia"*.
8. Recomendação PSD *"Pela retirada dos cartazes políticos de grande formato no eixo Saldanha – Campo Grande"*.
9. Informação do Presidente – 4º Trimestre de 2023.
10. 3ª Alteração Orçamental Modificativa de 2023 – Proposta nº 04/PRES-TSC/2023.
11. Orçamento para 2024 - Proposta nº 209/PRES/2023.
12. Mapa de Pessoal 2024 - Proposta nº 208/PRES/2023.
13. Protocolo de Colaboração com a Animal Life - Proposta nº 199/PRES/2023.
14. Proposta final do Regulamento Geral de Taxas e Preços da Freguesia de Avenidas Novas e respetiva tabela anexa - Proposta nº 200/PRES/2023.
15. Ata em minuta.